



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO — 2025 —

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a CSN Mineração alcançou recordes históricos. A cadeia integrada destacou-se pelos mais altos níveis de eficiência e confiabilidade operacional, sustentando a capacidade de execução da Companhia. Isso se refletiu em um resultado extraordinário: pela primeira vez, a produção somada às compras totalizou 45,5 milhões de toneladas, impulsionada por recordes produtivos sucessivos. O segundo trimestre estabeleceu um novo marco histórico de produção, enquanto o terceiro consolidou-se como o melhor de toda a série, reforçando a consistência operacional e a segurança dos ativos. Com isso, registramos um avanço no Ebitda do ano, que alcançou R\$ 6,3 bilhões, ante R\$ 5,8 bilhões em 2024.

Esse forte desempenho foi sustentado pela execução de mais de 2.300 projetos de melhoria contínua, propostos por cerca de 70% dos colaboradores, que geraram R\$ 330 milhões em ganhos financeiros. Paralelamente, mais de 130 iniciativas de transformação digital incorporaram soluções analíticas e de inteligência artificial voltadas ao aumento de produtividade, automação e previsibilidade operacional. Em conjunto, esses avanços reforçam a posição da Companhia como referência em eficiência, inovação e geração sustentável de valor.

Como resultado direto da confiabilidade operacional, foram registrados recordes de produção na Planta Central e no sistema de Filtragem, ancorados por um plano estruturado de manutenção e eficiência, que também resultou nos melhores níveis históricos de Rendimento Operacional (RO) desses ativos. A Planta Central atingiu novo pico de produção em Casa de Pedra, contribuindo diretamente para o marco histórico conquistado. No sistema de filtragem, foram processadas 10,7 milhões de toneladas de rejeitos, reforçando a estabilidade e o desempenho técnico-operacional do sistema.

A disciplina operacional permaneceu como pilar da execução, com a segurança mantida como prioridade. A Companhia completou 12 anos consecutivos sem fatalidades e registrou redução de 18% nos eventos com alto potencial de gravidade ou fatalidade (PSIF), refletindo o fortalecimento dos controles, a padronização de processos e a evolução contínua dos mecanismos de gestão de riscos.

As operações portuárias no Tecar (Terminal de Carvão e Minério de Ferro), no Porto de Itaguaí (RJ), também mantiveram trajetória consistente de evolução. Em 2024, o volume embarcado atingiu 38,5 milhões de toneladas e, em 2025, alcançou 41 milhões de toneladas, consolidando ganhos de confiabilidade, eficiência operacional e a resiliência da cadeia logística integrada.

No que se refere à gestão de barragens, a CSN Mineração manteve o compromisso com a integridade e a segurança de suas estruturas. Todas as declarações de condição de estabilidade foram renovadas por auditoria independente ao longo do período, em conformidade com os

requisitos regulatórios. Quanto ao cronograma de descaracterização das barragens da Companhia, até o momento, foram concluídas as Barragens do Vigia, Auxiliar do Vigia e B5. A obra da barragem B4 está em andamento, seguindo o cronograma aprovado pelos órgãos competentes.

A CSN Mineração é pioneira na adoção de tecnologias sustentáveis para o empilhamento de rejeitos provenientes da produção de minério de ferro. Desde 2020, a Companhia opera com um sistema completo de filtragem de rejeitos, permitindo o empilhamento a seco do material. Esse processo possibilita a disposição dos rejeitos em pilhas geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para esse fim, evitando a necessidade de barragens. Como resultado dessas medidas, o descomissionamento das barragens tornou-se um caminho natural no processamento de rejeitos filtrados

Avançamos na promoção da diversidade e inclusão, alcançando 27% de representatividade feminina no quadro de colaboradores, superando a meta de 26% estabelecida para 2025, que almejava dobrar os 13% existentes em 2020. Esse resultado reforça a efetividade das iniciativas adotadas e mostra que a Companhia segue avançando na construção de um ambiente mais diverso e inclusivo.

Para tal, foram realizados investimentos e iniciativas voltadas à adequação da infraestrutura e das práticas de gestão de pessoas, com foco na conformidade regulatória, segurança e inclusão, considerando melhorias em vestiários femininos, implantação de sala de apoio à lactação e avanços em acessibilidade. Essas ações foram acompanhadas pela continuidade de programas estruturados de capacitação, aprendizagem e formação profissional, que integram a estratégia de gestão de capital humano e suportam a geração de valor no longo prazo.

No eixo ambiental, registramos uma redução de 8% nas emissões de kgCO₂ por tonelada de minério de ferro em relação ao ano-base de 2020, resultado que está em linha com a meta estipulada para 2035. Além disso, ampliamos em 40% o investimento no controle de poeira, reforçando nosso compromisso com a mitigação dos impactos ambientais e reduzimos continuamente a pressão sobre os recursos hídricos ao alcançar 93% de recirculação de água em 2025, resultado próximo da meta de 94% estabelecida para 2032.

No âmbito da governança, obtivemos um desempenho histórico no S&P ESG Score, alcançando 62 pontos e posicionando a Companhia à frente de 93% das empresas do setor de *steel* avaliadas globalmente. Também elevamos nossa pontuação no FTSE Russell de 2,9 para 3,4, mantendo a presença no índice FTSE4Good. A Companhia ainda foi destaque nacional no Prêmio Ethos na categoria integridade e combate à corrupção, reforçando seu compromisso com elevados padrões de ética e transparência.

Como anunciado no início de 2026, a CSN Mineração segue como o principal gerador de caixa do Grupo CSN, e os resultados apresentados consolidam essa posição. Além disso, o avanço na implantação da P15, projeto que irá acrescentar à produção até 16,5 milhões de toneladas de minério de ferro *premium*, corroboram com a estratégia de crescimento sustentável da empresa,

fortalecendo sua posição no setor e assegurando a geração contínua de valor para todos os stakeholders.

Uma ótima leitura.

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior

Diretor-Superintendente da CSN Mineração

QUEM SOMOS

A CSN Mineração S.A. (“CSN Mineração” ou “Companhia”) atua de forma integrada na produção e comercialização de minério de ferro de alta qualidade, combinando operações eficientes de mineração e beneficiamento com infraestrutura logística estratégica, que inclui participação na MRS Logística S.A. (“MRS”) e contrato de arrendamento do Terminal de Carvão do Porto Organizado de Itaguaí (“TECAR”), no Estado do Rio de Janeiro. Essa integração operacional permite à Companhia atender com competitividade tanto o mercado siderúrgico nacional quanto o mercado transoceânico.

Localizada no Quadrilátero Ferrífero, no centro-sul do Estado de Minas Gerais, região reconhecida mundialmente por sua riqueza mineral, a Companhia possui capacidade instalada de produção de 33 milhões de toneladas de minério de ferro por ano em suas plantas de beneficiamento em Casa de Pedra (planta central e plantas a seco), além de capacidade instalada de exportação de 45 milhões de toneladas por ano no TECAR.

Em 2025, a CSN Mineração registrou recordes operacionais de produção e vendas, refletindo o elevado nível de eficiência alcançado ao longo do exercício. A maior parte das vendas foi destinada ao mercado externo, enquanto parcela menos relevante da produção abasteceu a Usina Presidente Vargas (UPV), contribuindo para a integração da cadeia siderúrgica do Grupo CSN.

Com mais de 100 anos de história na produção de minério de ferro, especialmente por meio da Mina de Casa de Pedra, a Companhia figura entre os principais exportadores do Brasil e possui 4,1 bilhões de toneladas de recursos e reservas certificadas, de acordo com auditoria realizada pela Snowden do Brasil Ltda.. Em 2022, uma nova campanha independente de sondagem nas minas de Casa de Pedra e Engenho, conduzida em conformidade com as normas da Securities and Exchange Commission (SEC), confirmou 2,1 bilhões de toneladas de reservas e atualizou os recursos para 1,98 bilhão de toneladas mensuradas.

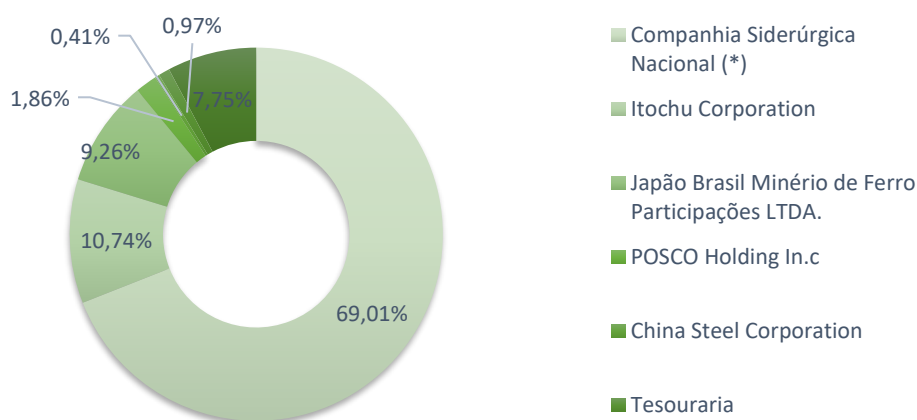
A sustentabilidade é um dos pilares da estratégia da Companhia. A CMIN é pioneira na adoção de tecnologias sustentáveis para o empilhamento de rejeitos provenientes da produção de minério de ferro. Desde 2020, a Companhia opera com um sistema completo de filtragem de rejeitos, permitindo o empilhamento a seco do material. Esse processo possibilita a disposição dos rejeitos em pilhas geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para esse fim, evitando a necessidade de barragens. Como resultado dessas medidas, o descomissionamento das barragens tornou-se um caminho natural no processamento de

rejeitos filtrados. Atualmente, todas as barragens de mineração da Companhia estão rigorosamente adequadas à legislação ambiental vigente.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da CSN Mineração S.A. é dividido em **5.485.338.835** ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

CMIN - Composição do Capital Social em 31/12/2025 (%)



*Controlador

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Conforme divulgado em Fato Relevante em 28 de junho de 2024, a Companhia anunciou a aprovação de Programa de Recompria de Ações de emissão da CSN Mineração, com quantidade a ser adquirida de até 100.000.000 de ações ordinárias no prazo de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025.

Ao longo do programa, foram adquiridas 53.294.300 ações ordinárias (CMIN3) ao preço médio de R\$ 17,78/ação.

Além disso, no dia 17 de outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 3 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem alteração de seu capital social, passando este a ser dividido em 5.485.338.835 ações ordinárias.

Ademais, conforme Fato Relevante em 21 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a aprovação do Plano de Alienação de Ações de até 53.294.297 ações, representando a totalidade das ações em tesouraria, nessa data, dentro de um prazo de 18 meses a contar de 24 de novembro de 2025. Até o momento, nenhuma ação em tesouraria foi alienada.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO CAPITAIS

A CMIN está listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código **CMIN3**, onde negocia suas ações ordinárias.

Em **2025**, as ações da CSN Mineração registraram uma valorização de 5,8%, enquanto o Ibovespa apresentou alta de 33,9%. O volume médio diário das ações CMIN3 negociadas na B3 foi de R\$ 35,4 milhões em 2025.

	2024	2025
Nº de ações em milhares	5.485.339	5.485.339
Valor de Mercado		
Cotação de Fechamento (R\$/ação)	5,15	5,45
Valor de Mercado (R\$ milhões)	28.249	28.895
Variação no período		
CMIN3 (BRL)	-34,2%	5,8%
Ibovespa (BRL)	-10,4%	33,9%
Volume		
Média diária (mil ações)	9.575	4.236
Média diária (R\$ mil)	54.669	35.395
Fonte: Bloomberg		

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A inovação é um dos pilares que sustentam a evolução contínua do portfólio do Grupo CSN. A Companhia investe em iniciativas estruturadas que mobilizam colaboradores na busca por soluções criativas e transformadoras, reforçando seu compromisso com a melhoria contínua, a eficiência operacional e a sustentabilidade. Essa cultura de inovação é promovida por meio de programas e ferramentas que incentivam a participação ativa de equipes em todos os níveis hierárquicos.

Um exemplo dessa abordagem é o Programa de Melhoria Contínua, um programa que estimula os colaboradores a sugerirem melhorias de forma contínua. O Programa do Grupo CSN, que incorpora diferentes subprogramas conhecidos como Lab os quais utilizam diversas metodologias, passou por um processo relevante de expansão em 2025. No período, sua abrangência foi estendida através do Lab Ideias, metodologia Kaizen, para todas as unidades de Cimentos, além do TECON e da Prada Embalagens, fortalecendo a padronização dos processos e consolidando o Programa como iniciativa corporativa em toda a Companhia. Esse movimento reforça a estratégia de difusão de práticas estruturadas de eficiência operacional, suporte à tomada de decisão e melhoria de produtividade em múltiplos negócios.

Os resultados consolidados do ciclo de 2025 permanecem em apuração, com encerramento previsto até março de 2026. Com base nos dados já validados até janeiro de 2026, o Grupo registrou 4.666 melhorias implementadas, correspondentes à participação de 36% do quadro elegível, resultando em aproximadamente R\$ 358 milhões em ganhos financeiros anuais estimados.

No segmento de Mineração — cujo ciclo será concluído em fevereiro — foram registradas 3.174 melhorias as quais foram executadas através dos seis Lab's consolidados no segmento, com 69% de participação do quadro elegível e R\$ 337 milhões em ganhos financeiros. Esses resultados evidenciam o avanço da Companhia na consolidação de uma cultura de melhoria contínua, com crescente engajamento das equipes e impacto direto em eficiência operacional, controle e geração sustentável de valor.

A CSN Mineração S.A. também incentiva o intraempreendedorismo por meio do CSN Conecta, um programa que identifica e impulsiona iniciativas sustentáveis capazes de transformar a rotina da Companhia e gerar impactos positivos na indústria de forma mais ampla. Em 2025, o programa abordou temas como eficiência energética, descarbonização, segurança do trabalho e redução de consumo hídrico, estimulando a criação de soluções inovadoras pelos colaboradores.

Entre os projetos de destaque está o Projeto para redução de carga morta nas básculas dos caminhões da CSN Mineração, uma solução desenvolvida internamente para aumento de produtividade da Companhia. Além disso, se destacou o projeto de automação da compactação de solo no manejo de rejeitos, que introduziu uma solução digital para monitorar e otimizar a compactação do rejeito filtrado, ampliando a segurança estrutural das pilhas. A iniciativa impulsionou a produtividade e contribuiu para a redução de custos operacionais e do consumo de combustível.

Mais um destaque é a CSN Inova, uma plataforma criada em 2018 para impulsionar a transformação dos negócios do Grupo CSN, orientando-os para uma gestão mais inovadora e alinhada aos princípios ESG (ambientais, sociais e de governança). Atuando de maneira transversal, a área mapeia desafios em diversas cadeias produtivas e desenvolve tecnologias e soluções da Indústria 4.0 que promovem eficiência, produtividade, digitalização, descarbonização e economia circular.

A metodologia da CSN Inova inclui o diagnóstico aprofundado de desafios estratégicos, a condução de projetos-piloto e a avaliação de sua viabilidade e escalabilidade, garantindo que estejam alinhados à estratégia corporativa. Entre 2018 e 2025, os projetos conduzidos pela CSN Inova geraram ganhos da ordem de R\$ 203 milhões para a CSN Mineração e um resultado consolidado de aproximadamente R\$ 1 bilhão para todo o Grupo CSN, principalmente por meio da redução de custos operacionais.

A plataforma se apoia em dois portfólios, o de inovação aberta direcionado à busca por novas soluções com base em desafios concretos, indicadores financeiros e operacionais e o de novos negócios para formação de parcerias estratégicas e geração de receita própria. Essas frentes fortalecem as vantagens competitivas dos negócios da Companhia, promovendo uma gestão de inovação alinhada aos objetivos corporativos e sustentada pela busca de eficiência e sustentabilidade em todas as operações.

Na CSN Mineração, a atuação da CSN Inova já está materializada em projetos aplicados à rotina operacional, como o Sistema MRS, que contribuiu para reduzir a umidade do sínter feed, tornando o transporte ferroviário mais eficiente e diminuindo custos. Outra frente relevante envolve o estabelecimento de parcerias em pesquisa e desenvolvimento para o avanço de tecnologias como a aglomeração a frio e a produção de ferro esponja por redução direta, a partir de pellet feed ou rejeitos, ampliando as alternativas de menor impacto ambiental para o setor. Além disso, a CSN Inova atua no desenvolvimento de soluções digitais com parceiros estratégicos para resolver desafios reais da operação.

Além desses dois eixos, a CSN Inova conta também com uma frente dedicada à inovação ESG, responsável pela gestão integrada do Comitê ESG e pelas iniciativas de inovação social do Grupo CSN, denominada CSN Inova Bridge. Atuando em colaboração com diversas lideranças e áreas

de negócio, a CSN Inova Bridge identifica e acompanha os principais desafios e oportunidades associados à matriz de materialidade da Companhia, assegurando que a inovação contribua de forma estratégica para a agenda de sustentabilidade e para a perenidade da CSN Mineração.

FORÇA DE TRABALHO, DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

O modelo “**Gente & Gestão**” da CSN Mineração é fundamentado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A companhia acredita que seu diferencial competitivo é o seu capital humano. Através deste modelo, o conhecimento é transformado em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.

A CSN Mineração encerrou 2025 com um quadro de colaboradores composto por 7.796 mil profissionais, sendo 74,9% homens e 27,1% mulheres – todos cobertos por contratos de trabalho e acordos coletivos firmados com sindicatos que representam as categorias profissionais. Com uma combinação de conhecimento técnico avançado e experiência prática, esses profissionais são capazes de enfrentar os desafios do setor de mineração e contribuir de maneira significativa para as operações, tanto no Brasil quanto no exterior. A Companhia também conta com 4.342 trabalhadores terceirizados, sendo 305 em atividades administrativas e 4.037 em funções operacionais, todos igualmente cobertos por acordos de negociação coletiva. O engajamento e a dedicação de todos, internos e terceirizados, são fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos e a continuidade das operações com excelência.

A CSN Mineração está comprometida em ampliar a representatividade de diferentes perfis e trajetórias, incluindo, por exemplo, mulheres, pessoas negras e pessoas com deficiência em suas unidades, garantindo que todos esses grupos tenham igualdade de oportunidades para crescer profissionalmente e assumir posições de liderança. O objetivo é criar um ambiente inclusivo, em que todos os colaboradores, independentemente de sua origem, identidade ou características pessoais, tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento e possam contribuir para os objetivos estratégicos da Companhia. Por meio de ações estruturadas e coordenadas, o CSN Mineração avança na construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diversos, equitativo e inclusivo, refletindo seu compromisso com os critérios ESG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. A governança dessas iniciativas é acompanhada de perto pelo Comitê ESG e pelo Grupo de Pessoas, que monitoram indicadores como taxas de representatividade, participação em treinamentos e feedbacks dos colaboradores. Esse

acompanhamento permite ajustes contínuos e assegura que as estratégias de DE&I estejam alinhadas às necessidades da Companhia e às expectativas de seus stakeholders.

Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76.

Quadro 1: Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

As informações referentes à quantidade média anual e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaboradores de cada nível, considerado como 100%.

Grupo	2025		2024	
	%	Quantidade média anual	%	Quantidade média anual
Administração	13%	1,00	13%	1,00
Liderança	12%	43,42	12%	40,33
Especialistas	39%	20,00	39%	20,25
Engenheiros	24%	95,50	22%	81,58
Nível Superior	56%	134,08	55%	125,42
Nível Técnico	17%	261,17	17%	253,33
Cargos Administrativos	54%	69,83	53%	67,08
Cargos Operacionais	25%	1.209,50	23%	1.159,75
Programa de Aprendizizes	68%	180,17	65%	152,92
Consolidado	26%	2.013,7	24%	1.900,67

Nota: São considerados neste reporte as empresas brasileiras.

Quadro 2: participação feminina na administração da companhia e evolução comparativa

No que se refere aos cargos da administração, o total de posições estatutárias e de governança será considerado como base de 100%.

Grupo	2025		2024	
	%	Quantidade média anual	%	Quantidade média anual
Conselho de Administração	13%	1,00	13%	1,00
Diretoria Estatutária	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 3: Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa.

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Grupo	2025	2024
Administração	N.R.	N.R.
Liderança	115%	109%
Especialistas	104%	110%
Engenheiros	80%	88%
Nível Superior	86%	81%
Nível Técnico	81%	80%
Cargos Administrativos	78%	73%
Cargos Operacionais	72%	73%
Consolidado	66%	66%

Nota: São considerados neste reporte as empresas brasileiras. N.R. significa que a Companhia se reserva no direito de não reportar devido a identificação do membro.

A análise das informações consolidadas indica, em determinados níveis organizacionais, diferenças na remuneração média entre homens e mulheres. Tais variações não decorrem de distinção remuneratória para funções equivalentes, mas refletem, sobretudo, a composição do quadro de colaboradores da Companhia, caracterizada por maior participação masculina em determinadas áreas, especialmente nas funções operacionais e técnicas. Nessas posições, observa-se, em média, maior tempo de empresa e de exercício na função, fatores que configuram critérios objetivos de diferenciação remuneratória, conforme previsto no art. 461, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A CSN Mineração, empresa controlada pelo Grupo CSN, reforça que sua Política Interna de Remuneração Fixa está fundamentada em critérios técnicos e objetivos, tais como responsabilidades do cargo, complexidade das funções, qualificação profissional e tempo de experiência, sendo aplicada de forma isonômica a todos os colaboradores.

A Companhia não adota qualquer prática de discriminação ou diferenciação remuneratória baseada em gênero, raça, idade, cor, religião, estado civil ou quaisquer outras características pessoais, mantendo seu compromisso permanente com a promoção da equidade e com o cumprimento da legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

SUSTENTABILIDADE¹

O ano de 2025 foi marcado por avanços consistentes na agenda ESG da CSN Mineração, refletindo a integração da sustentabilidade à estratégia corporativa, à disciplina operacional e à gestão de riscos de longo prazo. A CMIN manteve o foco em eficiência, segurança, descarbonização e governança, reforçando sua capacidade de gerar valor econômico de forma responsável e resiliente em um contexto de crescentes desafios regulatórios, ambientais e sociais.

A CSN Mineração publicou, em abril, seu Relato Integrado referente ao exercício de 2024, assegurado por terceira parte independente e elaborado em conformidade com os principais referenciais internacionais de reporte de sustentabilidade. O documento detalha a estratégia de crescimento dos negócios alinhada à geração de impacto positivo, à eficiência operacional e à agenda de descarbonização, estando disponível no website ESG da Companhia. Em linha com o ciclo de reporte da Companhia, o Relato Integrado referente ao ano de 2025 será publicado em abril de 2026.

Ainda em 2025, a Companhia realizou um novo ciclo de materialidade, voltado a refletir os principais desafios e oportunidades de seus diferentes negócios em um contexto de transformações regulatórias, ambientais, sociais e econômicas. Esse processo foi orientado pela abordagem da dupla materialidade, que considera de forma integrada dois eixos complementares: os riscos e as oportunidades para a geração de valor da Companhia, sob a perspectiva financeira; e os impactos, positivos e negativos, de suas operações sobre a sociedade, a economia e o meio ambiente, sob a perspectiva de impacto.

Como resultado, o CSN Mineração identificou dez temas prioritários para compor sua matriz de materialidade, sendo cinco deles considerados materiais tanto sob o viés de impacto quanto sob o viés financeiro. De forma transversal, a gestão desses temas é sustentada por sólidos mecanismos de governança corporativa e gestão de riscos, bem como promoção de inovação e adoção de novas tecnologias.

A matriz de materialidade norteia os esforços e investimentos da companhia, por isso a CMIN se compromete com metas conectadas aos seus temas materiais em busca de uma gestão cada vez mais eficiente e integrada.

¹ Os indicadores de desempenho ESG passarão por um processo de asseguuração para posterior divulgação no Relato Integrado 2025. Dessa forma, estão passíveis de alterações até sua publicação em abril de 2026.



a. Desempenho das principais metas

A performance da CSN Mineração é acompanhada por meio de um conjunto de metas ESG estratégicas. Esses indicadores refletem os temas mais relevantes para a Companhia e seus stakeholders, considerando tanto os impactos socioambientais das operações quanto os riscos e oportunidades financeiros associados aos negócios.

Dimensão	Indicadores	Unidade	Indicador Ano-Base	2025	Status	Meta	Target
Ambiental	Intensidade hídrica	m ³ / t minério	N.A.	0,20	👍	<0,45	2032
	Intensidade de Emissão Mineração (GHG) ¹	kgCO ₂ e / t minério	7,10 (2020)	6,5	👍	4,97	2035
Social	Taxa de Frequência de Acidentes TRIFR ²	CAF+SAF	1,96 (2020)	1,04	👍	1,37	2030
Governança	Diversidade (mulheres no quadro funcional)	%	13 (2019)	27	👍	26	2025

1. Considera as emissões apenas da categoria de combustão móvel do Escopo 1 da CSN Mineração, que representam 95% das suas emissões, ressaltando que a emissão de escopo 2 é zero devido ao consumo elétrico 100% proveniente de fontes renováveis.
2. Total Recordable Injury Frequency Rate - A taxa considera acidentes com e sem afastamento de funcionários próprios e terceiros, por 1 milhão de horas trabalhadas em todas as unidades da Companhia localizadas no Brasil.

A Companhia registra com orgulho a superação da meta estabelecida para 2025 de participação feminina no quadro funcional. O índice alcançou 27%, ultrapassando o objetivo de 26% e evidenciando avanços concretos e consistentes na agenda de diversidade, resultado de uma estratégia estruturada e de longo prazo voltada à transformação do ambiente corporativo.

Também merece destaque o marco de 12 anos consecutivos sem acidentes fatais, um resultado que reafirma a solidez da cultura de segurança, a disciplina operacional e o compromisso inegociável com a preservação da vida. Trata-se de uma conquista coletiva que reforça a maturidade dos processos e a responsabilidade que orienta todas as operações da Companhia.

b. Ratings ESG

Em 2025, o **CSN Mineração** registrou o melhor desempenho em avaliações ESG, alcançando resultados recordes nos principais ratings internacionais. Esse desempenho reforça a solidez da governança, a eficácia da gestão de riscos ambientais e sociais e o alinhamento da estratégia ESG à criação de valor econômico de longo prazo, com impactos positivos sobre a percepção de risco, o acesso a capital e a atratividade para investidores.

	2024	2025
Sustainalytics ¹	24,2	26,7
S&P Global	55	62
FTSE	2,9	3,4
CDP Climate Change	B	B
CDP Water Security	B	A-
GHG Protocol	Selo Ouro	Selo Ouro

¹Na avaliação do Sustainalytics, quanto menor a nota de risco, melhor.

Na avaliação do Sustainalytics, referência global em risco ESG, a CSN Mineração manteve posição de destaque entre as companhias do setor, figurando entre as melhores empresas avaliadas globalmente. Esses resultados indicam menor exposição a riscos ESG materiais, fator diretamente relacionado à redução de riscos reputacionais, regulatórios e financeiros.

No S&P Global ESG Score, a CSN Mineração apresentou evolução expressiva, avançando de 55 para 62 pontos, posicionando-se à frente de mais de 90% das empresas de seus respectivos setores. O desempenho reflete práticas consistentes de gestão ambiental, social e de governança, relevantes para análises de crédito e decisões de investimento.

No índice FTSE Russell, a CSN Mineração apresentou melhora expressiva em suas pontuações e manteve-se no FTSE4Good, índice que reúne companhias com elevado desempenho ESG, ampliando a visibilidade junto a investidores institucionais com mandatos sustentáveis.

c. Gestão de Barragens

No ano, a Companhia manteve seu alto padrão de gerenciamento de barragens. Todas as barragens da companhia tiveram suas Declarações de Conformidade e Estabilidade (DCE) renovadas em setembro, demonstrando que permanecem em conformidade com os requisitos legais e operacionais estabelecidos pela legislação vigente, reforçando o compromisso da empresa com a segurança e a gestão responsável de suas estruturas.

Continuando o cronograma de descaracterização das barragens da Companhia, até o momento foram concluídas as Barragens do Vigia, Auxiliar do Vigia e B5. A Barragem do Vigia teve sua descaracterização reconhecida pela FEAM, restando apenas monitoramento pelo prazo legal, para ser descadastrada como barragem junto à ANM. As obras da B4 estão em andamento, com conclusão prevista conforme cronograma abaixo.

		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031+
Casa de Pedra	B5	✓											
	B4												
	Casa de Pedra												
Pires	Barragem Auxiliar do Vigia			✓									
	Barragem do Vigia					✓							

d. Gestão de Riscos ESG

Em 2025, o Comitê ESG do Grupo CSN conduziu um avanço estrutural em sua gestão de riscos ESG consolidando um trabalho desenvolvido ao longo de todo o exercício. Esse exercício teve o mesmo aprofundamento da gestão de risco de suas controladas, incluindo a CSN Mineração. O foco esteve na identificação, avaliação e hierarquização dos riscos ambientais, sociais e de governança associados aos diferentes grupos temáticos do Comitê, de forma integrada e alinhada à estratégia corporativa.

Como resultado desse processo, a Companhia realizou o levantamento abrangente dos riscos ESG em todos os seus negócios e estabeleceu uma régua corporativa única de avaliação de riscos, permitindo a aplicação de critérios consistentes de julgamento, comparabilidade e priorização. A partir dessa régua comum, os riscos foram avaliados de maneira padronizada e consolidados na Matriz Corporativa de Riscos ESG, agora plenamente integrada à matriz de riscos da Companhia.

Esse movimento representa uma evolução relevante em relação às abordagens anteriormente adotadas, que tiveram início com a incorporação das recomendações do TCFD e, posteriormente, do TNFD, ampliando o foco de riscos climáticos e de natureza para uma visão ESG integrada e transversal. A nova matriz fortalece a capacidade da Companhia de identificar, tratar e mitigar riscos ESG de forma estruturada, conectando impactos socioambientais e de governança aos riscos financeiros, operacionais, regulatórios e reputacionais.

O processo foi conduzido em alinhamento à metodologia estabelecida no Manual de Gestão de Riscos da CSN e já considera as exigências emergentes das normas IFRS S1 e S2, reforçando a robustez da governança de riscos e a preparação da Companhia para os novos padrões de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.

A CSN Mineração está se preparando para a divulgação de seus riscos relativos à mudança do clima, em conformidade com a norma IFRS S2, já em 2027. Posteriormente, ao vigorar a obrigatoriedade também do IFRS S1, já demonstra prontidão em atender as novas exigências do mercado em relação à transparência da governança das corporações.

e. Transparência em Sustentabilidade

A CMIN vem evoluindo de forma consistente a maturidade, a qualidade e a abrangência de sua divulgação de informações, incluindo aquelas relacionadas à sustentabilidade. A Companhia adota práticas avançadas de transparência, que vão além das exigências regulatórias aplicáveis (*beyond compliance*), com o objetivo de oferecer ao mercado informações relevantes, tempestivas e consistentes, que apoiem a adequada avaliação de riscos, oportunidades e da criação de valor de longo prazo.

A estratégia se materializa por meio de um conjunto de publicações e comunicações recorrentes, que ampliam a visibilidade sobre a estratégia, o desempenho e a governança ESG da Companhia, destacando-se:

- [Relato Integrado](#), publicado anualmente, consolida informações financeiras e não financeiras e conecta estratégia, desempenho, governança e riscos aos temas ESG.
- [Relatório de Ação Climática](#), de periodicidade bienal, aprofunda a divulgação da estratégia climática, da gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças do clima e do avanço da agenda de descarbonização.
- [Relatório de Impacto da Fundação CSN](#), publicado anualmente, apresenta de forma transparente os resultados e impactos sociais dos investimentos realizados nos territórios onde a Companhia atua.

- [Release ESG](#), divulgado trimestralmente, reúne informações ESG atualizadas e relevantes, ampliando a previsibilidade e a qualidade do diálogo com investidores e analistas.

- **Respostas a questionários de instituições financeiras:** assegurando ampla cobertura das demandas informacionais do mercado e contribuindo para avaliações mais consistentes sobre riscos e oportunidades ESG.

A Companhia convida investidores, analistas e demais interessados a conhecerem esses materiais, que complementam e aprofundam as informações apresentadas neste Relatório da Administração, oferecendo uma visão mais detalhada, integrada e transparente sobre a estratégia, a gestão de riscos e a geração de valor sustentável da CSN Mineração.

POLÍTICA PARA CONTRATAÇÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES

Os auditores independentes Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda ("Mazars", que em 2025 prestaram serviços à CSN Mineração foram contratados para emitir a conclusão sobre as demonstrações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R\$ mil)
Honorários relacionados à auditoria externa	287
Honorários relacionados a outros serviços de asseguração	86
Total	373

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, por sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria Estatutária da Companhia declarou, em 11 de março de 2026, que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia adota uma estrutura de governança corporativa robusta, composta por órgãos e diretrizes que visam garantir a integridade e a transparência dos seus processos. Dentre esses órgãos, destaca-se a Diretoria de Auditoria, Riscos e Controles Internos, que tem como principal responsabilidade o monitoramento e avaliação dos riscos capazes de impactar as demonstrações financeiras. Essa Diretoria atua também no assessoramento direto aos gestores dos processos de negócios, apoiando na implementação de controles internos eficazes e adequados às necessidades da Companhia.

No âmbito da avaliação dos controles internos, a administração, em conjunto com o auditor externo, realiza periodicamente análises criteriosas para identificar eventuais fragilidades nos processos. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia, demonstrando a eficiência das práticas adotadas. Para o exercício de 2025, o processo de avaliação dos controles internos encontra-se em fase final, evidenciando o compromisso contínuo da Companhia com a transparência, integridade e excelência em governança corporativa.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL

Em 2025, o mercado siderúrgico global enfrentou uma deterioração relevante de margens, impactando importantes regiões produtoras de aço, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Europa. Esse movimento foi intensificado pelas tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que ampliaram as pressões competitivas e reduziram a rentabilidade da cadeia siderúrgica em diversos mercados. Apesar desse ambiente desafiador para a siderurgia, a demanda por minério de ferro manteve-se resiliente ao longo do ano, com a China respondendo por aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas em importações.

Nesse contexto, a Companhia acelerou a execução de seu plano estratégico, combinando ações operacionais e comerciais voltadas ao aumento da eficiência, à redução de custos e ao ajuste do portfólio de produtos às novas demandas de mercado. A ampliação do mix de finos para concentração, aliada à maior integração logística da mina ao porto, viabilizou uma produção de baixo custo e com margens mais atrativas. A execução disciplinada dessas iniciativas resultou em ganhos relevantes de produtividade, maior disponibilidade dos ativos, melhora consistente do desempenho logístico e desempenho superior durante o período sazonal, refletindo o amadurecimento do plano de chuvas e a atuação integrada do plano de resiliência operacional, com impactos positivos na estabilidade dos processos e na continuidade operacional.

Como resultado dessas ações estratégicas, a produção de minério de ferro em 2025, incluindo compras de terceiros, atingiu o recorde histórico de 45,6 milhões de toneladas, refletindo um crescimento de 8,5% em relação a 2024. Em linha com esse desempenho, a Companhia também alcançou recorde de vendas, totalizando 45,8 milhões de toneladas no ano. O desempenho comercial foi sustentado pelo elevado nível de confiabilidade operacional e logística, garantindo o atendimento consistente aos compromissos assumidos com os clientes e um alinhamento pleno entre produção e área comercial.

Paralelamente, a Companhia avançou em iniciativas estruturantes de otimização de custos, mantendo os custos dentro do guidance estabelecido. O aumento do volume produzido contribuiu para maior diluição dos custos fixos, ao mesmo tempo em que foram reforçadas as práticas de segurança operacional e as iniciativas ESG, consolidando um desempenho operacional robusto, eficiente e sustentável.

O conjunto desses resultados evidencia a capacidade da Companhia de operar com eficiência, disciplina e foco em valor, mesmo em um ambiente desafiador para o setor.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 15.332,8 milhões em 2025, um crescimento anual de 17,9%, refletindo o elevado nível de eficiência operacional observado ao longo do período, com recordes de volumes e o preço do minério sustentando-se em patamares elevados durante todo o ano. Nesse contexto, a Receita Líquida Unitária totalizou US\$ 60,7 por tonelada, um patamar 7,3% superior ao registrado em 2024, resultado da elevação do preço médio do minério de ferro combinada à melhora na qualidade do produto.

No acumulado do exercício, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) totalizou R\$ 9.850,6 milhões, o que representa crescimento de 22,8% em relação a 2024, refletindo principalmente o volume recorde de vendas e o maior volume de compras de terceiros. O custo caixa C1 anual atingiu US\$ 21,5 por tonelada, frente aos US\$ 21,0 por tonelada em 2024, em linha com o plano de lava estabelecido para o período e com o piso do guidance anual divulgado pela Companhia (US\$ 21,5 – 23,0/t).

O Lucro Bruto somou R\$ 5.482,2 milhões, representando crescimento de 10,0% em relação aos R\$ 4.984,1 milhões registrados em 2024. A Margem Bruta atingiu 35,8%, uma redução de 2,5 p.p. frente aos 38,3% observados no exercício anterior, refletindo principalmente a elevação do custo caixa C1 e o maior volume de compras de terceiros ao longo do ano.

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 303,9 milhões, o que representa crescimento de 30,7% em relação a 2024, em função do maior volume de minério comercializado ao longo do exercício e do aumento das despesas comerciais e serviços portuários.

O resultado de equivalência patrimonial somou R\$ 226,1 milhões, uma alta de 24,2% em relação a 2024, impulsionado pelo desempenho operacional da MRS Logística ao longo do ano, com maior volume de cargas transportadas.

Nesse contexto, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 6.446,0 milhões em 2025, representando crescimento de 9,3% em relação a 2024. A Margem EBITDA Ajustada foi de 42,0%, uma redução de 3,3 p.p. na mesma base de comparação. O resultado reflete a combinação de volumes recordes de vendas e um ambiente de preços resiliente ao longo do exercício, parcialmente compensados pelo aumento dos custos associados às compras de minério de terceiros e pela elevação do custo caixa C1. Ainda assim, a Companhia manteve elevados níveis de rentabilidade, sustentados pela consistência operacional e pela disciplina na gestão de custos, evidenciando a robustez estrutural da operação.

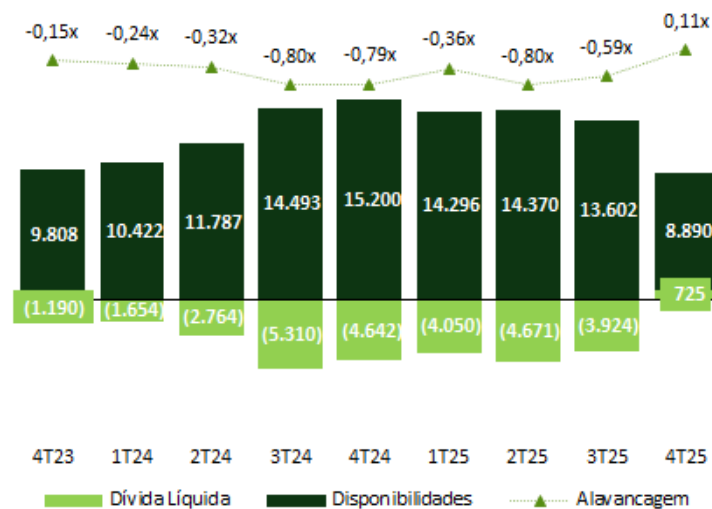
O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 2.562,8 milhões, representando uma deterioração em relação ao impacto positivo registrado em 2024, principalmente em função do efeito da variação cambial sobre as despesas financeiras.

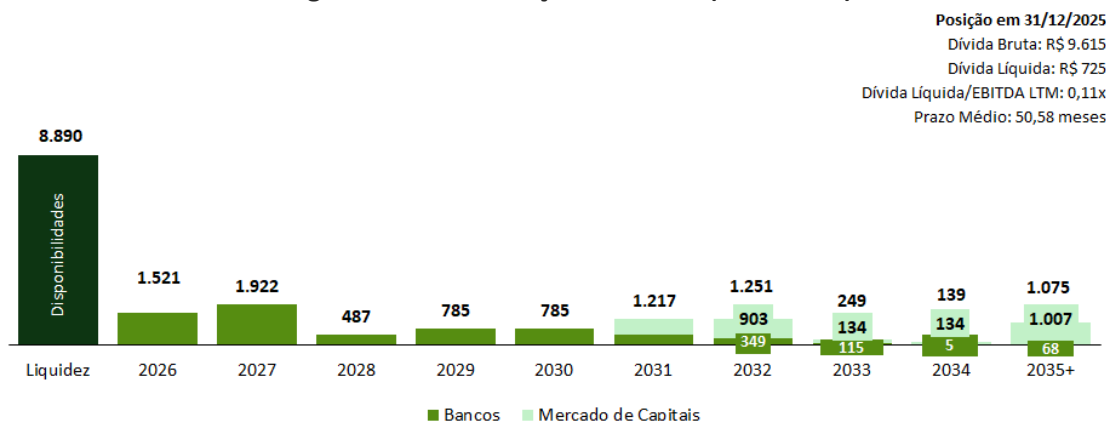
Em 2025, a CSN Mineração registrou lucro líquido de R\$ 1.649,2 milhões, um desempenho que reflete não apenas os recordes operacionais de produção e vendas, mas também a elevada eficiência e consistência da operação ao longo do período. Na comparação com 2024, o lucro líquido apresentou redução de 63,6%, impactado principalmente pelo efeito da variação cambial sobre o resultado financeiro do exercício.

ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO

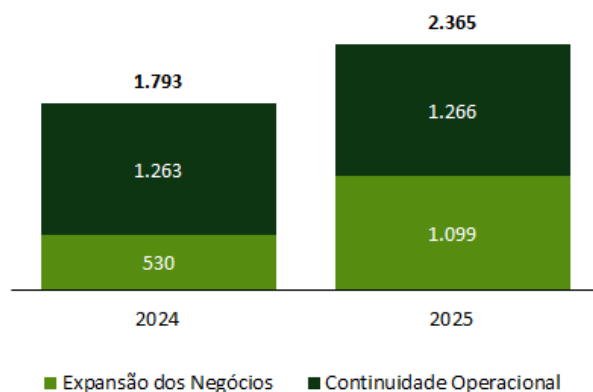
Em 31/12/2025, a CSN Mineração possuía um total de R\$ 8,9 bilhões em disponibilidades, o que representa uma redução de 41,5% em relação ao final de 2024 como resultado, principalmente, da aquisição de 11,92% das ações da MRS realizada em dezembro de 2025. Após esse movimento, a Companhia passou a registrar uma dívida líquida de R\$ 725,2 milhões no período, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA UDM atingindo 0,11x. Apesar desse aumento do endividamento líquido, a Companhia segue com uma estrutura de capital confortável e com um balanço forte o suficiente para financiar seus projetos de crescimento.

Endividamento (R\$ Bilhões) e Dívida Líquida/EBITDA (x)



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ Bilhões)


Nota: ¹ Disponibilidades consideração o caixa e o equivalente de caixa somado com as aplicações de curto prazo

INVESTIMENTOS


Em 2025, o Capex totalizou R\$ 2.365,2 milhões, o que representa um crescimento de 31,8% em relação a 2024. O aumento dos investimentos está alinhado ao cronograma de execução do projeto de expansão P15, com destaque para as obras de infraestrutura associadas ao projeto. Adicionalmente, os desembolsos realizados ao longo do exercício contemplaram iniciativas voltadas ao aumento da eficiência operacional e à

sustentação da capacidade produtiva da Companhia, refletidas nos recordes produtivos, comerciais e de movimentação registrados no período.

DIVIDENDOS

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intercalares com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio.

					Controladora
Data da aprovação em RCA	Data de pagamento	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros sobre capital próprio	Valor por ação
26/12/2025				163.998	0,03019082
26/12/2025		259.712			0,04781110
04/11/2025	19/11/2025		424.206		0,07809320
04/11/2025	19/11/2025			479.000	0,08818043
08/05/2025	15/07/2025			210.000	0,03865948
08/05/2025	15/07/2025	1.090.000			0,20066109
			768.596		0,14149298
Montante distribuído em 2025		1.349.712	1.192.802	852.998	

Com isso, um total de R\$ 3,4 bilhões em proventos foram aprovados referentes aos números de 2025, dos quais R\$ 1,4 bilhão referente ao lucro do exercício corrente e R\$ 2,0 bilhões de lucros acumulados de exercícios anteriores.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

CSN MINERAÇÃO S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CSN Mineração S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais, e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da CSN Mineração S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de março de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Daniel Augusto Reis

28EC5D2B0C4444E
Daniel Augusto Reis

Contador CRC 1SP254522/O-0

CSN Mineração S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	27	18.025.121	16.496.317	14.912.928	12.833.331
Custo dos produtos e serviços vendidos	28	(9.850.577)	(8.025.027)	(9.942.196)	(8.166.365)
Lucro Bruto		8.174.544	8.471.290	4.970.732	4.666.966
Receitas (Despesas) Operacionais		(3.163.401)	(3.503.982)	(1.331.662)	913.999
Despesas com vendas	28	(2.812.475)	(3.537.738)	(102.540)	(365.244)
Despesas gerais e administrativas	28	(183.810)	(182.052)	(152.204)	(153.892)
Resultado da equivalência patrimonial	9	226.102	181.978	(699.631)	1.400.341
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	29	(393.218)	33.830	(377.287)	32.794
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		5.011.143	4.967.308	3.639.070	5.580.965
Resultado financeiro líquido	30	(2.562.802)	781.818	(1.278.175)	72.423
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.448.341	5.749.126	2.360.895	5.653.388
Imposto de renda e contribuição social	19	(799.182)	(1.221.407)	(711.248)	(1.125.669)
Lucro/(prejuízo) Líquido do período		1.649.159	4.527.719	1.649.647	4.527.719
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		1.649.647		1.649.647	4.527.719
Participação dos acionistas não controladores		(488)			
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	25			0,30369	0,82765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CSN Mineração
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas controladores		1.649.159	4.527.719	1.649.647	4.527.719
Lucro/(prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		488			
Resultado da equivalência patrimonial	9	(226.102)	(181.978)	699.631	(1.400.341)
Variações cambiais e monetárias		(16.029)	(78.950)	(67.505)	(39.204)
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	13.a	659.295	658.690	659.295	678.258
Juros capitalizados	10	(183.835)	(113.048)	(183.835)	(113.048)
Juros de passivos de arrendamentos		11.033	11.353	10.903	11.353
Amortização custo de transação	13.a	47.181	48.280	47.181	48.280
Depreciação e amortização	10 e 11	1.275.994	1.150.476	1.246.115	1.136.642
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10	37.611	10.622	37.611	10.622
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19.a	799.182	1.221.407	711.248	1.125.669
Outros provisionamentos			(149)		(149)
Perdas/(ganhos) realizadas com hedge accounting fluxo de caixa e instrumentos derivativos		98.697	306.292	98.697	306.292
Fluxo de caixa das atividades operacionais		4.152.674	7.560.713	4.908.988	6.292.093
Contas a receber		(417.548)	227.665	(1.492.838)	(84.378)
Estoques		(359.928)	(190.938)	(359.906)	(190.980)
Impostos a recuperar		(303.969)	166.755	(303.005)	165.218
Adiantamento a fornecedores		(27.112)	(523.109)	5.557	(530.609)
Outros ativos		40.572	(346.323)	(49.032)	(440.484)
Fornecedores		67.669	247.093	(99.730)	22.939
Obrigações sociais e trabalhistas		3.999	8.462	4.143	8.334
Tributos a recolher		(23.256)	(147.536)	(45.260)	(201.307)
Adiantamento de clientes		(27.832)	6.441.346	7.354.375	(1.358.016)
Dividendos recebidos		63.887	54.167	63.887	54.167
Imposto de renda e contribuição social pagos		(633.942)	(1.281.048)	(633.942)	(1.281.048)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(661.375)	(678.258)	(661.375)	(658.690)
Outras obrigações		(167.731)	49.706	53.978	88.723
Hedge Accounting de fluxo de caixa e instrumentos derivativos		(98.697)	42.545	(98.697)	42.545
Adiantamento - contratos de energia		(62.524)	(62.327)	(50.031)	(49.806)
Fornecedores - Risco Sacado		349.460	187.773	349.460	187.773
Variações nos Ativos e Passivos		(2.258.327)	4.195.973	4.037.584	(4.225.619)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		1.894.347	11.756.687	8.946.572	2.066.474
Aquisição de participação em controladas, coligadas ou joint ventures		(3.350.000)		(3.350.000)	
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	10	(2.364.993)	(1.762.531)	(2.363.975)	(1.761.609)
Aplicações financeiras		(3.963)	(1.439)	(4.183)	(1.439)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(5.718.956)	(1.763.970)	(5.718.158)	(1.763.048)
Pré pagamento de minério de ferro	13.a	66.716			
Amortização pré pagamento minério de ferro	13.a	(66.716)			
Pagamento do principal sobre empréstimos	13.a	(2.105.084)	(365.970)	(2.105.084)	(365.970)
Amortização de arrendamento	15	(27.525)	(27.378)	(27.097)	(27.378)
Custo de transação financeira	13.a	(47.065)	(39.164)	(47.065)	(39.164)
Dividendos pagos		(1.514.206)	(3.560.041)	(1.514.206)	(3.560.041)
Captção de empréstimos e financiamentos	13.a	1.981.109	489.360	1.981.109	489.360
Juros sobre Capital Próprio		(769.421)	(766.661)	(769.421)	(766.661)
Recompra de ações			(324.341)		(324.341)
Recursos líquidos captados (utilizados) nas atividades de financiamento		(2.482.192)	(4.594.195)	(2.481.764)	(4.594.195)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes		(7.235)	(8.472)	14.753	(8.472)
Aumento (diminuição) no caixa e títulos e valores mobiliários		(6.314.036)	5.390.050	761.403	(4.299.241)
Caixa e títulos e valores mobiliários no início do período		15.185.928	9.795.878	5.434.648	9.733.890
Caixa e títulos e valores mobiliários (exceto derivativos ativos) no fim do período		8.871.892	15.185.928	6.196.051	5.434.648

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

CSN Mineração
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Reservas						Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido	Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
	Capital social integralizado	Ações em tesouraria	Transação de capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.473.980	(324.341)		127.042	1.492.520	2.072.482		(572.569)	10.269.114		10.269.114
Resultado abrangente total							1.649.647	507.955	2.157.602	(488)	2.157.114
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício							1.649.647		1.649.647	(488)	1.649.159
Outros resultados abrangentes								507.955	507.955		507.955
Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos								152	152		152
(Perda)/ganho hedge accounting de fluxo de caixa , líquido de impostos								507.803	507.803		507.803
Destinações					2.276	(1.748.141)	(1.649.647)		(3.395.512)		(3.395.512)
Aprovação dividendos em RCA 08/05/2025							(1.090.000)		(1.090.000)		(1.090.000)
Aprovação dos juros sobre capital próprio em RCA 08/05/2025							(210.000)		(210.000)		(210.000)
Aprovação dividendos em RCA 04/11/2025								(424.206)	(424.206)		(424.206)
Aprovação dos juros sobre capital próprio em RCA 04/11/2025							(448.142)	(30.858)	(479.000)		(479.000)
Aprovação dividendos em RCA 26/12/2025							(259.712)		(259.712)		(259.712)
Aprovação dos juros sobre capital próprio em RCA 26/12/2025								(163.998)	(163.998)		(163.998)
Dividendos adicionais propostos								(768.596)	(768.596)		(768.596)
Reserva legal					2.276		(2.276)				
Reserva de investimentos						259.713	(259.713)				
Transações de Capital			(2.351.078)						(2.351.078)	1.170	(2.349.908)
Constituição de subsidiária indireta no exterior										1.170	1.170
Aquisição de participação em joint ventures			(2.351.078)						(2.351.078)		(2.351.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.473.980	(324.341)	(2.351.078)	127.042	1.494.796	324.341		(64.614)	6.680.126	682	6.680.808

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

CSN Mineração
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas mercadorias, produtos e serviços	18.383.763	16.826.658	15.275.893	13.162.984
Outras receitas/(despesas)	6.231	4.508	6.231	4.508
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa	(742)	(862)	(599)	134
	18.389.252	16.830.304	15.281.525	13.167.626
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(7.214.237)	(5.452.016)	(7.306.879)	(5.580.331)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.773.841)	(4.410.212)	(1.074.505)	(1.258.871)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(81.034)	(32.033)	(81.034)	(32.033)
	(11.069.112)	(9.894.261)	(8.462.418)	(6.871.235)
Valor adicionado bruto	7.320.140	6.936.043	6.819.107	6.296.391
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.275.994)	(1.150.018)	(1.246.115)	(1.136.185)
Valor adicionado líquido produzido	6.044.146	5.786.025	5.572.992	5.160.206
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	226.102	181.978	(699.631)	1.400.341
Receitas financeiras	787.202	719.779	403.377	520.465
Outros e variações cambiais ativas	(1.627.439)	2.383.129	(511.854)	1.575.207
	(614.135)	3.284.886	(808.108)	3.496.013
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.430.011	9.070.911	4.764.884	8.656.219
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	872.083	840.017	849.251	821.013
Remuneração direta	638.835	631.176	617.392	613.032
Benefícios	201.203	175.477	199.928	174.723
F.G.T.S.	32.045	33.364	31.931	33.258
Impostos, taxas e contribuições	1.149.839	1.796.310	1.061.414	1.700.404
Federais	1.048.751	1.686.963	960.326	1.591.057
Estaduais	90.997	98.174	90.997	98.174
Municipais	10.091	11.173	10.091	11.173
Remuneração de capitais de terceiros	1.758.930	1.906.865	1.204.572	1.607.083
Juros	1.423.810	1.592.016	992.022	1.346.246
Aluguéis	6.678	4.981	5.187	3.043
Outras e Variação Monetária e Cambial Passiva	328.442	309.868	207.363	257.794
Remuneração de capitais próprios	1.649.159	4.527.719	1.649.647	4.527.719
Lucro/(prejuízo) do período	261.989	2.027.518	261.989	2.027.518
Juros sobre o capital próprio	194.856	125.201	194.856	125.201
Dividendos	1.192.802	2.375.000	1.192.802	2.375.000
Participação dos não controladores	(488)			
	5.430.011	9.070.911	4.764.884	8.656.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A, referida adiante como “CMIN”, também denominada como “Companhia “ou “Controladora”, foi constituída em 2007, e está sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com as suas subsidiárias e controladas é denominada também nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como “Grupo”. O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN” ou “Controladora CSN”) com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), uma *joint venture* constituída entre a CSN e um consórcio asiático.

Em 2021, a Companhia concluiu a oferta pública de ações (“IPO”), tornando-se assim, uma sociedade anônima de capital aberto, passando a deter sua totalidade de ações ordinárias negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CMIN3.

A operação de mineração de ferro da CMIN está localizada no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde a Companhia extrai, beneficia e comercializa minério de ferro tanto de sua própria produção quanto de terceiros. Como uma das maiores exportadoras de minério de ferro do Brasil, a CMIN utiliza uma rede logística eficiente para escoar sua produção até o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Com escritórios comerciais no Brasil, Suíça e Hong Kong, o Grupo atende clientes em diversas partes do mundo, com destaque para os mercados europeu e asiático.

Por ser uma empresa integrada, a CMIN possui participação na malha ferroviária da MRS e opera o Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí (“TECAR”), um dos quatro terminais que compõem o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Além disso, o Grupo detém a outorga da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, permitindo o uso de sua energia para autoprodução.

A CMIN é pioneira na adoção de tecnologias sustentáveis para o empilhamento de rejeitos provenientes da produção de minério de ferro. Desde 2020, a Companhia opera com um sistema completo de filtragem de rejeitos, permitindo o empilhamento a seco do material. Esse processo possibilita a disposição dos rejeitos em pilhas geotecnicaamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para esse fim, evitando a necessidade de barragens. Como resultado dessas medidas, o descomissionamento das barragens tornou-se um caminho natural no processamento de rejeitos filtrados. Atualmente, todas as barragens de mineração da Companhia estão rigorosamente adequadas à legislação ambiental vigente.

Continuidade Operacional:

A Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

2.a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e sendo que apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

2.b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia.

As estimativas críticas, estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 – Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)
- Nota 14 – Instrumentos financeiros (derivativos e contabilidade de *hedge*)
- Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social (tributos diferidos)
- Nota 22 – Provisões fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais
- Nota 23 – Provisão para passivos ambientais e desativação
- Nota 32 – Benefícios a empregados

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de administração em 11 de março de 2026.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os registros contábeis incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os saldos das contas de ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2025, US\$1,00 equivale a R\$5,5024 (R\$6,1923 em 31 de dezembro de 2024) conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

2.d) Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos exercícios apresentadas nas notas explicativas.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.e) Demonstração do valor adicionado

Conforme a Lei 11.638/07, a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração, que neste relatório é apresentada como informação adicional.

2.f) Adoção dos novos requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, foram:

- **Alteração à IAS 21 – Falta de permutabilidade/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** estabelece orientações específicas para a mensuração e divulgação de transações e saldos em moeda estrangeira quando não há taxa de câmbio observável em razão da falta de permutabilidade entre moedas, definindo critérios para estimativa da taxa de câmbio aplicável nessas circunstâncias; e,
- **OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** orientação aplicável ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão (*allowances*) e instrumentos semelhantes, quando relevantes, à luz das Normas IFRS já emitidas.

Em relação aos pronunciamentos supracitados, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar o reconhecimento, a mensuração ou a divulgação de suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026 são:

- **IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade:** estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.
- **IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima:** estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as demonstrações financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.
- **Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros:** introduzem esclarecimentos específicos sobre a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais e sobre o desreconhecimento de passivos financeiros, além de ampliar os requisitos de divulgação aplicáveis a determinados instrumentos financeiros.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos de eletricidade dependentes da natureza:** esclarecem o tratamento contábil aplicável a contratos de compra e venda de eletricidade cujo volume ou preço esteja vinculado a fatores naturais, como condições climáticas.
- **IAS 21 – Tradução para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária:** esclarece os critérios para tradução das demonstrações financeiras quando a moeda funcional pertence a uma economia hiperinflacionária e a entidade apresenta suas informações em moeda distinta.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

- **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro:** As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
- **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;
- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.
- **IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas:** As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
- **IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.
- **IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado, substituindo os atuais requisitos de apresentação previstos no IAS 1. A norma introduz princípios aprimorados de agregação, desagregação e classificação das informações, além de exigir a divulgação, em nota explicativa, de medidas de desempenho definidas pela administração que atendam aos critérios estabelecidos, com o objetivo de aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras. Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que os principais impactos potenciais estejam relacionados à apresentação do resultado, a possíveis reflexos na Demonstração do Fluxo de Caixa e à ampliação das divulgações em nota explicativa, incluindo a conciliação de medidas como o EBITDA ajustado. A adoção ocorrerá para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, e a Companhia já iniciou o projeto de implementação da norma.
- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** estabelece um conjunto de requisitos de divulgação reduzidos aplicável a subsidiárias elegíveis que não possuem responsabilidade pública, mantendo a aplicação integral dos demais requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas Normas IFRS. A Companhia adotará a norma no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, conforme previsto em normativo aplicável.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange o reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reforma tributária brasileira: A Emenda Constitucional 132/2023 e parcialmente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Reforma tributária internacional: Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas, tendo em vista que a receita consolidada está acima do limite mínimo de 750.000 de euros.

Importante ressaltar que o Grupo conta atualmente com o apoio de especialistas tributários para auxiliá-lo na aplicação da referida legislação e estimar o impacto de sua aplicação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos				
No Brasil	444	4.100	434	1.556
No exterior	5.526.284	11.818.478	3.665.368	2.093.858
	5.526.728	11.822.578	3.665.802	2.095.414
Aplicações financeiras				
No Brasil	1.238.387	1.765.930	1.204.997	1.741.814
No exterior	2.106.777	1.597.420	1.325.252	1.597.420
	3.345.164	3.363.350	2.530.249	3.339.234
	8.871.892	15.185.928	6.196.051	5.434.648

Os recursos financeiros disponíveis no Brasil são aplicados em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), em Operações Compromissadas lastreadas em títulos de renda fixa e através dos Fundos de Investimentos Exclusivos. Os recursos financeiros disponíveis no exterior, mantidos em dólar, são aplicados em operações de *Time Deposit* (TD) com taxas pré-fixadas, assim como em contas com remuneração automática e liquidez diária. Os rendimentos estão atrelados aos FED Funds e a taxa de depósito do BCE. Os bancos contrapartes são considerados como de primeira linha pela Administração.

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado e Controladora	
	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	18.074	13.891
	18.074	13.891

(1) Aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN.

Política contábil

As aplicações financeiras que não são enquadradas como equivalentes de caixa e são mensuradas pelo custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

5. CONTAS A RECEBER

		Consolidado		Controladora	
	Ref.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes					
Terceiros					
No Brasil		4.598	9.971	3.297	8.239
No exterior		838.583	1.158.469	193.743	98.298
		843.181	1.168.440	197.040	106.537
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(10.699)	(9.919)	(1.589)	(1.008)
		832.482	1.158.521	195.451	105.529
Partes relacionadas	24	1.082.313	348.059	3.122.667	1.666.935
		1.914.795	1.506.580	3.318.118	1.772.464

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber com terceiros por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	832.988	1.106.048	195.943	101.803
Vencidos até 180 dias	2	62.392	2	4.734
Vencidos acima de 180 dias	10.191		1.095	
	843.181	1.168.440	197.040	106.537

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(9.919)	(9.057)	(1.008)	(1.141)
(Perdas)/Reversão estimadas de créditos	(780)	(1.087)	(581)	130
Recuperação de créditos		225		3
Saldo final	(10.699)	(9.919)	(1.589)	(1.008)

A Companhia realiza operações de cessão sem coobrigação. Após a cessão das duplicadas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a Companhia liquida as contas a receber relacionadas e se desobriga integralmente do risco de crédito das operações. Os encargos financeiros

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

na operação de cessão de crédito no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$11.631 (em 31 de dezembro de 2024, R\$10.653) no consolidado, classificados no resultado financeiro.

Política contábil

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das “commodities” estabelecido pelo “Platts”, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

Quando aplicável, para os saldos em aberto é efetuada a marcação a mercado com base nas cotações médias da Bolsa de Negócios de minério de ferro ajustadas mensalmente até a data negociada para o fechamento do preço final.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “commodities” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

A Companhia mensura mensalmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	523.576	538.194	523.576	538.194
Produtos em elaboração	2.064.267	1.768.858	2.064.267	1.768.858
Outros	38.943	11.842	38.811	11.732
Almoxarifado	288.257	238.431	288.257	238.431
(-) Perdas estimadas	(16.095)	(18.305)	(16.095)	(18.305)
	2.898.948	2.539.020	2.898.816	2.538.910
Classificado:				
Circulante	825.422	777.848	825.290	777.738
Não Circulante ⁽¹⁾	2.073.526	1.761.172	2.073.526	1.761.172
	2.898.948	2.539.020	2.898.816	2.538.910

(1) Estoques de longo prazo de minério de ferro, destinados ao processamento após a implementação de novas plantas de beneficiamento, que terão como produto final o pellet feed. O início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2027.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(18.305)	(19.842)
Reversão/(Perdas estimadas) de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	2.210	1.537
Saldo final	(16.095)	(18.305)

Política contábil

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, custos com extração, desmonte, movimentação de mina e outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral ⁽¹⁾		9.287		9.287
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	292.535	224.551	292.278	224.389
Tributos Federais Brasileiros ⁽²⁾	363.349	116.085	359.992	113.565
Outros tributos	172	2.197	172	2.196
	656.056	352.120	652.442	349.437
Classificado:				
Circulante	104.913	70.613	101.299	67.930
Não Circulante	551.143	281.507	551.143	281.507
	656.056	352.120	652.442	349.437

(1) Refere-se ao crédito decorrente da exclusão da TFRM da base de cálculo da CFEM, os quais foram integralmente consumidos no exercício de 2025.

(2) O saldo de tributos federais brasileiros, refere-se majoritariamente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

A Companhia possui perfil preponderantemente exportador. Os créditos fiscais acumulados decorrem, essencialmente, de ICMS, PIS e COFINS incidentes sobre a aquisição de insumos e de ativo imobilizado utilizados na produção. A realização desses créditos ocorre, em geral, por meio de compensações com débitos dos próprios tributos gerados pelas operações de venda no mercado interno, bem como por compensações com outros tributos federais, no caso de PIS e COFINS. O aumento do saldo de créditos de ICMS no período está relacionado, principalmente, aos investimentos em CAPEX realizados no âmbito do Projeto de Expansão da Mineração em Congonhas, além da aquisição de minério de terceiros. O crescimento dos saldos de PIS e COFINS no período também reflete os investimentos em CAPEX, bem como o reconhecimento de créditos extemporâneos referentes a exercícios anteriores.

Política contábil

Os créditos fiscais acumulados decorrem, basicamente, de créditos de ICMS, PIS e COFINS sobre compras de insumos e ativo imobilizado utilizados na produção. A realização desses créditos ocorre, geralmente, por meio de compensações naturais com débitos destes tributos, gerados pelas operações de venda e outras saídas tributadas.

O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses. Com base em análises e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, não há previsão de

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

riscos quanto à não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Ref.	Consolidado				Controladora			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	22			126.480	106.699			125.619	105.712
Dividendos a receber	24		63.003			2.390	65.393		
Adiantamento de despesas compartilhadas ⁽¹⁾	24	122.951	111.074	323.499	411.741	122.951	111.074	323.499	411.741
Outros créditos com partes relacionadas	24	130.117	34.544			130.117	34.544		
Outros ativos		96.442	68.625	2.042	18.247	87.056	52.806	362	18.248
Seguros a apropriar		59.521	36.606	362	564	57.511	34.263	362	564
Outros		36.921	32.019	1.680	17.683	29.545	18.543		17.684
		349.510	277.246	452.021	536.687	342.514	263.817	449.480	535.701

(1) Refere-se ao pagamento antecipado para a Controladora CSN a título de compartilhamento das despesas das áreas administrativas.

9. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS

As políticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as controladas e a coligada demonstradas no quadro abaixo:

	Participação no capital social (%)		
Empresas	31/12/2025	31/12/2024	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining Holding, S.L.U	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Energética de Chapecó - CEC	99,99	99,99	Geração de comercialização de energia
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Asia Limited	100,00	100,00	Representação comercial
CSN Mining International GmbH	100,00	100,00	Comercialização e representação de produtos
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como Joint Venture : Equivalência Patrimonial			
MRS Logística S.A ⁽³⁾	29,91	18,74	Transporte ferroviário
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-Venture : consolidação proporcional			
CSN ITC Solutions AG ⁽¹⁾	80,00		Comercialização, distribuição e processamento de minério
Consórcios			
Consórcio Passo Real ⁽²⁾	11,09	23,29	Geração de energia

- (1) Em 05 de março de 2025, foi constituída a empresa CSN ITC Solutions AG, com sede na Suíça, uma controlada direta da empresa CSN Mining International GmbH.
- (2) Em 21 de fevereiro de 2025, houve o primeiro aditamento da Constituição do Consórcio Passo Real, na qual foi modificada a participação da CMIN, passando de 23,29% para 11,09%.
- (3) Em 18 de dezembro de 2025, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a CMIN e a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), por meio do qual foi realizada a aquisição pela CMIN de 974.851 ações ordinárias, 2.673.312 ações preferenciais classe A e 27.333.064 ações preferenciais classe B de emissão da MRS, representativas de 9,17% do capital social da MRS. Além disso, em 31 de dezembro de 2025 foi concluída a alienação adicional pela CSN à Companhia de 6.759.540 ações preferenciais classe B de emissão da MRS. Nesse contexto, a Companhia passou a ser titular direta de 26.777.723 ações ordinárias, representativas de 14,30% do capital social votante da MRS, assim como de 74.301.916 ações preferenciais, representativas de 49,28% de todas as ações preferenciais de emissão da MRS.

9.a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e Joint Ventures

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com a joint venture nos períodos de 2025 e 2024, respectivamente:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

					Consolidado
Empresas	Saldo final em 31/12/2024	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Resultados Abrangentes	Saldo final em 31/12/2025
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Joint-venture					
MRS Logística	1.399.161	998.922	299.854	(88)	2.697.849
Fair Value MRS	480.622				480.622
Amortização Fair Value MRS	(105.717)		(11.747)		(117.464)
	1.774.066	998.922	288.107	(88)	3.061.007
Empresas	Saldo final em 31/12/2023	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Resultados Abrangentes	Saldo final em 31/12/2024
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Joint-venture					
MRS Logística	1.190.503	(63.060)	264.328	7.390	1.399.161
Fair Value MRS	480.622				480.622
Amortização Fair Value MRS	(93.970)		(11.747)		(105.717)
	1.577.155	(63.060)	252.581	7.390	1.774.066

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial da empresa classificada como *Joint venture* e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essa empresa:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado equivalência da joint-venture		
MRS Logística S.A.	299.854	264.328
Amortização de Fair Value	(11.747)	(11.747)
	288.107	252.581
Reclassificação IAS 28 ⁽¹⁾		
	(62.005)	(70.603)
Resultado de equivalência ajustado		
	226.102	181.978

(1) A margem operacional das operações intercompanhias com empresas do grupo classificadas como *joint venture*, que não são consolidadas, é reclassificada na Demonstração do Resultado do grupo de investimentos para os grupos de custos e imposto de renda e contribuição social.

Abaixo é apresentado a movimentação do investimento da Controladora nos exercícios findos em 2025 e 2024, respectivamente:

	Controladora				
Empresas	Saldo final em 31/12/2024	Aumento (Redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Resultados abrangentes	Saldo final em 31/12/2025
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Controladas					
CSN Mining Holding S.L.U	1.307.565		(954.122)		353.443
Companhia Energética de Chapecó - CEC	51.044		(16.505)		34.539
Fair Value - Companhia Energética Chapecó - CEC ⁽¹⁾	278.984				278.984
Amortização Fair Value Chapecó ⁽¹⁾	(43.151)		(17.111)		(60.262)
Joint-venture					
MRS Logística S.A. ⁽³⁾	1.399.161	998.922	299.854	(88)	2.697.849
Fair Value MRS ⁽²⁾	480.622				480.622
Amortização Fair Value MRS ⁽²⁾	(105.717)		(11.747)		(117.464)
Total de participações societárias	3.368.508	998.922	(699.631)	(88)	3.667.711

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Controladora				
	Saldo final em 31/12/2023	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Resultados abrangentes	Saldo final em 31/12/2024
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Controladas					
CSN Mining Holding S.L.U	135.047		1.172.518		1.307.565
Companhia Energética de Chapecó - CEC	73.861		(22.817)		51.044
Fair Value - Companhia Energética Chapecó - CEC ⁽¹⁾	278.984				278.984
Amortização Fair Value Chapecó- CEC	(41.210)		(1.941)		(43.151)
Joint-venture					
MRS Logística S.A.	1.190.503	(63.060)	264.328	7.390	1.399.161
Fair Value MRS ⁽²⁾	480.622				480.622
Amortização Fair Value MRS ⁽²⁾	(93.970)		(11.747)		(105.717)
Total de participações societárias	2.023.837	(63.060)	1.400.341	7.390	3.368.508

(1) Refere-se ao fair value alocado no investimento na Companhia Energética Chapecó – CEC decorrente da aquisição do controle, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da usina hidrelétrica de Quebra-Queixo, pertencente a CEC.

(2) Refere-se ao fair value alocado no investimento na MRS é decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

(3) Em 18 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2025, a CMIN adquiriu 11,17% de participação societária na MRS detida por sua controladora CSN, em uma transação de capital entre entidades do mesmo grupo econômico, passando a deter 29,91% do capital total da MRS. A transação foi realizada pelo preço total de R\$ 3.350.000 já pagos pela CMIN e o investimento foi registrado pela pelo mesmo valor contábil anteriormente reconhecido na Controladora CSN no total de R\$ 998.922. O montante pago que excedeu esse valor, no total de R\$ 2.351.078, não representa ganho ou perda realizado para o Grupo e, portanto, não foi reconhecido no resultado nem classificado como reserva de lucros conforme nota 25.e.

9.b) Descrição e principais informações sobre as controladas diretas, indireta e Joint venture

• CSN MINING HOLDING, S.L.U

Situada em Bilbao, Espanha, essa subsidiária integral da Companhia foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia Limited e CSN Mining International GmbH, cujas principais atividades estão relacionadas a comercialização de minério de ferro no mercado internacional e operações financeiras.

• CSN MINING INTERNATIONAL GmbH

Situada em Zug, no Cantão de Zug, Suíça, essa subsidiária integral da CSN Mining Holding S.L.U. foi constituída em 21 de novembro de 2023, com o objetivo de comercializar matérias-primas de qualquer tipo e outros bens em nome próprio e por conta de terceiros, tanto na Suíça quanto em outros países, podendo realizar ou intermediar serviços que estejam direta ou indiretamente relacionados com esse objetivo ou que a ele sejam relacionados. Atualmente a CSN Mining International GmbH possui 80% no capital da controlada CSN ITC Solutions A.G.

• COMPANHIA ENERGÉTICA CHAPECÓ - CEC

A Companhia Energética Chapecó, com sede em escritório central no município de São Paulo, é uma concessionária de produção independente de energia elétrica e tem como atividade preponderante o aproveitamento de potencial de energia elétrica localizado no Rio Chapecó, através de uma usina hidrelétrica, entre os municípios de Ipuçu e São Domingos, no estado de Santa Catarina, denominada Central Geradora Quebra-Queixo. Em 11 de dezembro de 2000, a Companhia Energética Chapecó assinou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica nº 94/2000 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A concessão tem prazo de vigência de 35 anos contado a partir da data da assinatura do contrato de concessão, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas pela ANEEL, e desde que a

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor.

- CONSÓRCIO PASSO REAL

O Consórcio Passo Real foi constituído com a finalidade de viabilizar a exploração, pelos consorciados, do potencial energético da Usina Hidrelétrica de Passo Real ("UHE Passo Real"), instalada no Rio Jacuí, localizada no município de Salto de Jacuí/RS, com capacidade instalada de 158 MW e formada por 2 unidades geradoras de energia.

A Companhia detém 11,09% do investimento no consórcio, cujo objeto é a geração de energia elétrica aos seus consorciados, de acordo com o percentual de participação de cada empresa. As demais consorciadas são sociedades do seu grupo controlador.

- CSN ITC SOLUTIONS AG

Situada em Zug, no Cantão de Zug, Suíça, essa controlada da CSN Mining International GmbH foi constituída em 05 de março de 2025, com o objetivo de comercializar, distribuir e processar minério de ferro e produtos relacionados em mercados-chave de expansão estratégica.

9.c) Investimentos em empresas classificadas como *joint ventures*

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas classificadas como *joint ventures* estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

- Balanço Patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
	<i>Joint-Venture</i>	
	MRS Logística	
Participação (%)	29,91%	18,74%
Balanço Patrimonial		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.131.117	4.147.393
Adiantamento a fornecedores	37.512	42.649
Outros ativos	1.127.557	1.182.598
Total ativo circulante	5.296.186	5.372.640
Ativo não circulante		
Outros ativos	1.147.003	448.946
Investimentos, Imobilizado e Intangível	18.259.793	14.791.500
Total ativo não circulante	19.406.796	15.240.446
Total do Ativo	24.702.982	20.613.086
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.013.759	547.803
Passivos de arrendamento	491.501	738.978
Outros passivos	1.710.146	2.103.399
Total passivo circulante	3.215.406	3.390.180
Passivo não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	8.572.213	7.524.173
Passivos de arrendamento	2.500.878	1.158.058
Outros passivos	1.393.766	1.074.757
Total passivo não circulante	12.466.857	9.756.988
Patrimônio líquido	9.020.719	7.465.918
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	24.702.982	20.613.086

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Demonstração de resultados

	31/12/2025	31/12/2024
	Joint-Venture	
Participação (%)	MRS Logística	
	29,91%	18,74%
Demonstrações de Resultados		
Receita Líquida	7.585.058	7.028.472
Custos dos Serviços Vendidos	(4.038.800)	(3.909.609)
Lucro Bruto	3.546.258	3.118.863
(Despesas) e Receitas Operacionais	(812.324)	89.237
Resultado Financeiro Líquido	(584.004)	(1.160.359)
Lucro/(Prejuízo) antes do IR/CSLL	2.149.930	2.047.741
IR/CSLL correntes e diferidos	(594.868)	(632.231)
Lucro líquido do período	1.555.062	1.415.510

- MRS LOGÍSTICA S.A. (“MRS”)

Situada na cidade e estado do Rio de Janeiro, a MRS tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A concessão originalmente tinha prazo de duração de 30 anos, contados de 1º de dezembro de 1996. Em julho de 2022, foi aprovada pelo poder concedente a prorrogação da concessão por mais 30 anos contados de 1º de dezembro de 2026.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detém diretamente participação de 29,91% no capital social total da MRS (18,74% em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

Equivalência Patrimonial e Consolidação

Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas e coligadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade com a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Joint Venture

O investimento na MRS é classificado como *joint venture* (empreendimento controlado em conjunto), seus ativos líquidos são controlados conjuntamente pela Companhia e por outras partes integrantes do acordo contratual que disciplina as atividades operacionais.

A participação de 29,91% na MRS inclui ações ordinárias e, preferenciais, sendo 974.852 ações ordinárias vinculadas ao acordo de acionista, sendo levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos de sua acionista controladora, a CSN, que detém uma participação acionária de 7,59% na MRS e é signatária do acordo de acionistas da MRS.

Empreendimento controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

Transações entre controladas e *Joint Venture*

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. São eliminados os efeitos no resultado das transações realizadas com a *joint venture*, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da *joint venture* é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e saldos em moedas estrangeiras

São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

10. IMOBILIZADO

10.a) Composição do imobilizado

Composição do imobilizado do Consolidado e Controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado								
	Ref.	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento ⁽¹⁾	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		87.286	1.476.511	5.259.864	20.555	1.924.642	116.084	8.958.768
Custo	87.286		2.922.964	10.905.972	46.726	1.924.642	160.499	16.362.336
Depreciação acumulada			(1.446.453)	(5.646.108)	(26.171)		(44.415)	(7.403.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		87.286	1.476.511	5.259.864	20.555	1.924.642	116.084	8.958.768
Aquisições		1.105	19.412	8.685	3.732	1.760.349		1.794.423
Juros capitalizados	30					113.048		113.048
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29			(10.491)			(131)	(10.622)
Depreciação			(117.983)	(976.480)	(4.984)		(19.161)	(1.144.519)
Transferências para outras categorias de ativos		289	127.089	1.070.936	51.437	(1.287.572)		37.821
Transferência para intangível	11					(9.740)		(9.740)
Remensuração do Direito de Uso	10						13.315	13.315
Outros						(9.722)		(9.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		88.680	1.505.029	5.352.514	70.740	2.491.005	110.238	9.704.951
Custo	88.680		3.059.462	11.914.409	101.726	2.491.005	157.248	18.130.842
Depreciação acumulada			(1.554.433)	(6.561.895)	(30.986)		(47.010)	(8.425.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		88.680	1.505.029	5.352.514	70.740	2.491.005	110.238	9.704.951
Aquisições		10.773		45.772	1.727	2.305.978	1.826	2.366.819
Juros capitalizados	30					183.835		183.835
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29		(5.997)	(31.498)	(1)		(115)	(37.611)
Depreciação			(125.746)	(1.078.215)	(10.085)		(19.907)	(1.249.077)
Transferências para outras categorias de ativos	11		93.710	913.168	(19.973)	(1.002.582)		15.677
Transferência entre grupos - intangível e PPI	10					(1.700)		(1.700)
Remensuração do Direito de Uso							26.952	26.952
Saldo em 31 dezembro de 2025		99.453	1.466.996	5.201.741	42.408	3.976.536	119.109	10.994.169
Custo	99.453		3.174.101	11.429.716	79.170	3.976.536	186.026	19.253.022
Depreciação acumulada			(1.707.105)	(6.227.975)	(36.762)		(66.917)	(8.258.853)
Saldo em 31 dezembro de 2025		99.453	1.466.996	5.201.741	42.408	3.976.536	119.109	10.994.169

Controladora								
	Ref.	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		72.044	1.352.057	5.150.941	20.459	1.924.642	116.084	8.677.679
Custo	72.044		2.763.888	10.726.374	46.493	1.924.642	160.499	15.940.891
Depreciação acumulada			(1.411.831)	(5.575.433)	(26.034)	-	(44.415)	(7.263.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		72.044	1.352.057	5.150.941	20.459	1.924.642	116.084	8.677.679
Aquisições		1.105	19.412	8.000	3.732	1.760.349		1.793.738
Juros capitalizados	30					113.048		113.048
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29			(10.491)			(131)	(10.622)
Depreciação			(109.274)	(968.404)	(4.984)		(19.161)	(1.127.734)
Transferências para outras categorias de ativos		289	127.089	1.070.936	51.437	(1.287.572)		37.821
Transferência para intangível	11					(9.740)		(9.740)
Remensuração do Direito de Uso	10						13.315	13.315
Outros						(9.722)		(9.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		73.438	1.389.284	5.250.982	70.644	2.491.005	110.238	9.439.962
Custo	73.438		2.900.271	11.734.125	101.493	2.491.005	157.248	17.708.698
Depreciação acumulada			(1.510.987)	(6.483.143)	(30.849)		(47.010)	(8.268.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		73.438	1.389.284	5.250.982	70.644	2.491.005	110.238	9.439.962
Aquisições		10.773		44.753	1.727	2.305.978		2.363.975
Juros capitalizados	30					183.835		183.835
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão	29		(5.997)	(31.498)	(1)		(115)	(37.611)
Depreciação			(115.006)	(1.072.084)	(10.085)		(19.063)	(1.231.364)
Transferências para outras categorias de ativos			93.365	913.168	(19.973)	(1.002.235)		15.675
Transferência para intangível	11					(2.047)		(2.047)
Remensuração do Direito de Uso	10						26.952	26.952
Saldo em 31 de dezembro de 2025		84.211	1.361.646	5.105.321	42.312	3.976.536	118.127	10.743.702
Custo	84.211		3.014.566	11.248.415	78.936	3.976.536	184.200	18.827.690
Depreciação acumulada			(1.652.920)	(6.143.094)	(36.624)		(66.073)	(8.083.988)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		84.211	1.361.646	5.105.321	42.312	3.976.536	118.127	10.743.702

- (1) Destaca-se avanço nos projetos de expansão dos negócios, principalmente expansão do Porto em Itaguaí e Casa de Pedra, projeto de construção da planta de processamento de Itabirito, P-15, recuperação de rejeitos das barragens.
- (2) Refere-se substancialmente a benfeitorias, veículos e hardware.

As médias de vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

Consolidado e Controladora		
	31/12/2025	31/12/2024
Edificações e infraestrutura	30	29
Máquinas, equipamentos e instalações	14	15
Móveis e utensílios	10	10
Outros	6	6

10.b) Direito de uso

Composição do direito de uso do Consolidado e Controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	115.821			263	116.084
Custo	135.969	12	1.931	22.587	160.499
Depreciação acumulada	(20.148)	(12)	(1.931)	(22.324)	(44.415)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	115.821			263	116.084
Remensuração	(2.328)		2.794	12.849	13.315
Depreciação	(4.853)		(1.196)	(13.112)	(19.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	108.640		1.598		110.238
Custo	133.640		2.794	20.814	157.248
Depreciação acumulada	(25.000)		(1.196)	(20.814)	(47.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	108.640		1.598		110.238
Remensuração	10.026			16.926	26.952
Adição		1.826			1.826
Depreciação	(5.074)	(844)	(1.198)	(12.791)	(19.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	113.592	982	400	4.135	119.109
Custo	143.667	1.826	2.794	37.740	186.027
Depreciação acumulada	(30.075)	(844)	(2.394)	(33.605)	(66.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	113.592	982	400	4.135	119.109

					Controladora
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	115.821			263	116.084
Custo	135.969	12	1.931	22.587	160.499
Depreciação acumulada	(20.148)	(12)	(1.931)	(22.324)	(44.415)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	115.821			263	116.084
Remensuração	(2.328)		2.794	12.849	13.315
Depreciação	(4.853)		(1.196)	(13.112)	(19.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	108.640		1.598		110.238
Custo	133.640		2.794	20.814	157.248
Depreciação acumulada	(25.000)		(1.196)	(20.814)	(47.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	108.640		1.598		110.238
Remensuração	10.026			16.926	26.952
Depreciação	(5.074)		(1.198)	(12.791)	(19.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	113.592		400	4.135	118.127
Custo	143.667		2.794	37.740	184.201
Amortização	(30.075)		(2.394)	(33.605)	(66.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	113.592		400	4.135	118.127

10.c) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$183.835 (R\$113.048 em 31 de dezembro de 2024). Esses custos foram apurados, principalmente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR (Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí).

Política contábil

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Juros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Companhia.

- Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

- Gastos com Exploração

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados.

- Gastos de Remoção de Estéril

Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

- Custos de Estéril

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

11. INTANGÍVEL

Composição do intangível do Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Consolidado						
	Ref.	Ágio	Relações com Fornecedores	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.236.402	12.473	2.513	70	1.101.361
Custo		3.236.402	38.432	24.558	84	1.263.935
Amortização acumulada			(25.959)	(22.045)	(14)	(162.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.236.402	12.473	2.513	70	1.101.361
Aquisições				119		
Transferência entre grupos - imobilizado	10			9.740		
Amortização			(3.678)	(1.544)	(17)	(15.833)
Transferência entre categorias de ativos			(2.568)	(113)		2.681
Outros			15.115			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.236.402	21.342	10.715	53	1.088.209
Custo		3.236.402	35.750	35.059	83	1.266.616
Amortização acumulada			(14.408)	(24.344)	(30)	(178.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.236.402	21.342	10.715	53	1.088.209
Transferência entre grupos - imobilizado	10			1.700		
Amortização			(4.678)	(2.650)	(18)	(19.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.236.402	16.664	9.765	35	1.068.638
Custo		3.236.402	35.404	37.204	82	1.268.037
Amortização acumulada			(18.740)	(27.439)	(47)	(199.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.236.402	16.664	9.765	35	1.068.638

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

							Controladora
	Ref.	Ágio ⁽¹⁾	Relações com fornecedores ⁽²⁾	Software	Marcas e patentes	Direitos e licenças ⁽³⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.236.402		3.591	69	960	3.241.022
Custo		3.236.402	1.420	23.986	83	1.022.818	4.284.709
Amortização acumulada			(1.420)	(20.396)	(14)	(63.313)	(85.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.236.402		3.590	69	959.505	4.199.566
Transferência entre grupos - imobilizado	10			9.740			9.740
Amortização				(2.947)	(17)	(5.945)	(8.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.236.402		10.383	52	953.560	4.200.397
Custo		3.236.402	1.420	34.481	82	1.022.818	4.295.203
Amortização acumulada			(1.420)	(24.098)	(30)	(69.258)	(94.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.236.402		10.383	52	953.560	4.200.397
Transferência entre grupos - imobilizado	10			2.047			2.047
Amortização				(2.987)	(17)	(11.747)	(14.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.236.402		9.443	35	941.813	4.187.693
Custo		3.236.402	1.420	36.628	82	1.024.238	4.298.770
Amortização acumulada			(1.420)	(27.185)	(47)	(82.425)	(111.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.236.402		9.443	35	941.813	4.187.693

(1) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa.

(2) Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa e a Companhia Energética Chapecó-CEC.

(3) Composto principalmente por: direitos minerários cuja amortização é pelo volume de produção e o Contrato de concessão para utilização de recursos hídricos na aquisição do controle da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica, a amortização é realizada pelo prazo de vigência do contrato.

As médias de vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Software	5	5
Relações com fornecedores	7	7
Direitos e Licenças ⁽¹⁾	43	43
Marcas e patentes	5	5

(1) Inclui a vida útil estimada para amortização da concessão da Usina de Quebra-Queixo advinda da aquisição do controle da Companhia Energética Chapecó de 18 anos.

11.a) Ativos com vida útil indefinida ("VUI")

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas foram alocados às divisões operacionais ("UGCs") da CSN Mineração as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo.

Ágio	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
31/12/2025	3.236.402	3.236.402
31/12/2024	3.236.402	3.236.402

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição.

Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do exercício na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

Direitos e Licenças

Os direitos e licenças são mensurados pelo custo de aquisição quando obtidos de forma independente e, quando adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos como ativos intangíveis identificáveis pelo valor justo na data da aquisição. No caso específico dos direitos minerários, a amortização é apropriada pelo método das unidades produzidas, com base na exaustão econômica da jazida e no volume de reservas minerais estimadas, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Para os demais direitos e licenças com vida útil definida, a amortização é calculada pelo método linear ao longo do prazo estimado de benefício econômico.

12. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (*Impairment*)

A Companhia testa, inicialmente, a recuperabilidade das unidades geradoras de caixa ("UGCs") que apresentaram indicativos de impairment e, posteriormente, realiza o teste anual de recuperabilidade das UGCs bem como dos grupos de UGCs aos quais há *goodwill* alocado. Para os testes de impairment da Companhia, o valor recuperável da sua unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo valor justo de um ativo menos custos de venda ("FVLCD - *Fair Value Less Cost of Disposal*") através de técnicas de fluxo de caixa descontado, sendo classificados no "nível 3" na hierarquia de valor justo, levando em consideração propostas e acordos de venda, quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa de desconto, em termos reais, após os impostos que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou o custo médio ponderado de capital ("*WACC- Weighted Average Cost of Capital*") do seu respectivo segmento de negócio como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individualmente opera.

Embora as projeções de fluxo de caixa devam, como regra geral, abranger período de 5 (cinco) anos, admite-se a utilização de período superior quando houver base razoável e fundamentada. Como prática, a Administração entende que a utilização de horizonte superior a cinco anos é apropriada e suportada, isto porque os fluxos de caixa da UGC da Companhia foram elaborados considerando um período de 41 anos (42 anos em 2024), que é a estimativa de fim da vida útil da mina - que corresponde ao período remanescente de exaustão das reservas minerais provadas e prováveis, sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativa futura para desenvolvimento deste negócio. Essas expectativas são base para utilização do período de 41 anos e levam em consideração (i) a implementação de novas plantas de beneficiamento cujo início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2027 e (ii) a entrada em operação da expansão do negócio

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de Mineração, a qual está em fase de engenharia detalhada e com aquisição de equipamentos a ocorrer nos próximos 5 anos.

12.a) Teste de impairment dos ativos de Mineração

- Teste de recuperabilidade (excluído *goodwill*)

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não identificou mudanças nas circunstâncias ou quaisquer indicativos que pudessem resultar em redução ao valor recuperável das UGC de Minério de Ferro. No entanto, procedeu à realização do teste anual de impairment do *goodwill* a ela alocado, conforme demonstrado a seguir:

- *Goodwill* alocado às operações de Minério de ferro

	31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil dos ativos com VUI	3.236.402	3.236.402
Período do Fluxo de Caixa	2026 até 2066 (fim da vida útil da mina)	2025 até 2066 (fim da vida útil da mina)
Margem Bruta	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como <i>startup</i> e <i>ramp-up</i> operacional de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais	
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como <i>startup</i> e <i>ramp-up</i> de projetos	
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem perpetuidade	Sem perpetuidade
Taxa de desconto, em termos reais	9%	11%
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Range de preços projetados R\$/ t	Dados baseados no mercado	Dados baseados no mercado
Sensibilidade das premissas-chave	Uma redução de 39,5% no volume ou uma redução de 13,6% no preço resultaria no valor recuperável estimado igual ao valor contábil dessa UGC	Uma redução de 20% no volume ou uma redução de 9% no preço resultaria no valor recuperável estimado igual ao valor contábil dessa UGC
Resultado do teste	O valor recuperável do ativo é superior ao seu valor contábil, não sendo reconhecido perda com <i>impairment</i>	

Política contábil

Impairment de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são analisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou de uma UGC ultrapassa seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e reduzido ao seu valor recuperável, sendo reconhecida perda por impairment no montante correspondente ao excesso do valor contábil sobre o valor recuperável, este definido como o maior entre o valor justo menos os custos de venda ("FVLCD") e o valor em uso ("VIU").

As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas operacionais, as reversões são alocadas em outras receitas operacionais.

O FVLCD é normalmente mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixa estimados ("DCF-Discounted Cash Flow") decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é mensurado pelo DCF que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas duas premissas são

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

diferentes da utilizadas no cálculo do valor justo, consequentemente o cálculo do VIU provavelmente dará resultado diferente do cálculo do FVLCD.

O goodwill e os demais ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, sendo submetidos, no mínimo, a teste anual de recuperabilidade em 31 de dezembro, bem como sempre que existirem indícios de que seu valor contábil possa não ser recuperável.

Eventuais perdas por impairment reconhecidas sobre o goodwill não são passíveis de reversão em períodos subsequentes.

Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Para esse teste, o ágio é alocado para as UGC's ou para o grupo de UGC's que devem se beneficiar na Combinação de Negócios a qual o ágio se originou, sendo identificadas de acordo com o segmento operacional.

Para os ativos não financeiros, exceto o goodwill, a Companhia avalia, em cada data de balanço, se há indicativos de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas deixaram de existir ou foram reduzidas. Identificada tal evidência, é estimado o valor recuperável do ativo ou da respectiva UGC.

A reversão de perda por impairment é reconhecida somente quando houver alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável desde o reconhecimento da última perda. Essa reversão está limitada ao montante que não eleve o valor contábil do ativo acima do seu valor recuperável, nem acima do valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão é registrada na demonstração do resultado, em Outras Receitas Operacionais.

Estimativas e Julgamentos da Administração

O teste de impairment do ágio e dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas inclui os ativos dessas unidades geradoras de caixa além do saldo dos outros ativo intangíveis. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor recuperável dessas unidades, sendo determinado, baseada na experiência passada em fazer previsões confiáveis e acuradas para períodos mais longo que 5 anos, nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e nos orçamentos aprovados pela Administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados, , mas não limitados à (i) taxa de crescimento, (ii) custos e despesas, (iii) taxa de desconto, (iv) capital de giro e investimento (“CAPEX”) futuro, (v) reservas e recursos minerais mensurados por especialistas internos, (vi) vida útil de da unidade geradora de caixa (relação entre produção e as reservas minerais ou o prazo da concessão), bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. Além disto, Minérios são insumos essenciais, que também justificam a utilização de períodos mais longo para elaboração de suas projeções.

Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas futuras, podendo resultar em alterações significativas nas projeções da Companhia. As metodologias e abordagens adotadas na elaboração dessas análises podem ser aprimoradas ao longo do tempo. Portanto, eventuais mudanças nesses fatores poderão impactar o valor recuperável dos ativos.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (“DÍVIDAS”)

Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contratos em moeda estrangeira								
Juros variáveis em US\$								
Pré-Pagamento	1.597.448	1.107.779	4.269.747	5.594.073	1.597.448	1.107.779	4.269.747	5.594.073
	1.597.448	1.107.779	4.269.747	5.594.073	1.597.448	1.107.779	4.269.747	5.594.073
Contratos em moeda nacional								
Títulos com juros variáveis em R\$								
NCE - Nota de crédito à exportação	10.743	199.129	596.500	510.500	10.743	199.129	596.500	510.500
Títulos com juros fixos em R\$								
BNDIS/FINAME, Debêntures e CCB	97.871	77.894	3.042.888	3.068.241	97.871	77.894	3.042.888	3.068.241
	108.614	277.023	3.639.388	3.578.741	108.614	277.023	3.639.388	3.578.741
Total de Empréstimos e Financiamentos	1.706.062	1.384.802	7.909.135	9.172.814	1.706.062	1.384.802	7.909.135	9.172.814
Custos de Transação	(55.139)	(44.784)	(373.641)	(384.112)	(55.139)	(44.784)	(373.641)	(384.112)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	1.650.923	1.340.018	7.535.494	8.788.702	1.650.923	1.340.018	7.535.494	8.788.702

13.a) Movimentação das dívidas

A tabela a seguir demonstra as movimentações durante o exercício:

	Ref.	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial		10.128.720	8.178.981	10.128.720	8.178.981
Captações		1.981.109	489.360	1.981.109	489.360
Captações atreladas ao imobilizado			32.128		32.128
Amortização principal		(2.105.084)	(365.970)	(2.105.084)	(365.970)
Pagamentos de encargos		(661.375)	(658.690)	(661.375)	(658.690)
Provisão de encargos	30	659.295	678.258	659.295	678.258
Variação Cambial		(816.364)	1.764.334	(816.364)	1.764.334
Custo de Transação		(47.065)	(38.106)	(47.065)	(38.106)
Amortização de Custo de Transação		47.181	48.425	47.181	48.425
Pré pagamento de minério de ferro ⁽¹⁾		66.716			
Amortização pré pagamento de minério de ferro ⁽¹⁾		(66.716)			
Saldo final		9.186.417	10.128.720	9.186.417	10.128.720

(1) Referem-se a títulos de pré-pagamento de minério de ferro que foram inicialmente reconhecidos como passivo de contrato, por se referirem à obrigação futura de entrega do produto. Contudo, diante da impossibilidade de entrega no período e da necessidade de liquidação monetária, a obrigação passou a ser caracterizada como item monetário, sendo reclassificada como passivo financeiro. Os valores foram integralmente liquidados no exercício de 2025.

A Companhia captou e amortizou as dívidas durante 2025, conforme demonstrado abaixo:

Natureza de captação	Captações	Vencimentos	Consolidado e Controladora	
			31/12/2025	
			Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	1.981.109	2026 à 2035	(2.105.084)	(661.375)
	1.981.109		(2.105.084)	(661.375)

13.b) Vencimentos das dívidas apresentados no passivo circulante e não circulante

O vencimento das dívidas do Consolidado e Controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado e controladora			
31/12/2025			
	Em Reais - R\$	Em moeda estrangeira	Total
Taxa média	16,40%	5,53%	
2026	108.615	1.597.447	1.706.062
2027	18.041	1.904.137	1.922.178
2028	19.072	467.704	486.776
2029	316.807	467.704	784.511
2030	316.807	467.704	784.511
2031	749.089	467.704	1.216.793
Após 2031	2.219.571	494.795	2.714.366
	3.748.002	5.867.195	9.615.197

Consolidado e Controladora			
31/12/2024			
	Em Reais- R\$	Em moeda estrangeira	Total
Taxa média	13,66%	6,13%	
2025	277.023	1.107.779	1.384.802
2026	271.014	1.163.373	1.434.387
2027	273.557	834.516	1.108.073
2028	18.557	661.132	679.689
2029	18.557	661.132	679.689
2030	18.557	661.132	679.689
Após 2030	2.978.499	1.612.788	4.591.287
	3.855.764	6.701.852	10.557.616

- **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas Informações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* de juros e derivativo de *commodity* e de câmbio.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento no curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado							
31/12/2025				31/12/2024			
Ref.	Valor Justo através de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3		8.871.892	8.871.892		15.185.928	15.185.928
Aplicações financeiras	4		18.074	18.074		13.891	13.891
Contas a Receber	5	66.464	1.848.331	1.914.795	181.262	1.325.318	1.506.580
Dividendos e JCP a receber	8					63.003	63.003
Total Ativo		66.464	10.738.297	10.804.761	181.262	16.588.140	16.769.402
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		1.706.062	1.706.062		1.384.802	1.384.802
Passivos de arrendamento	15		16.846	16.846		12.257	12.257
Fornecedores	16		2.171.640	2.171.640		2.067.209	2.067.209
Fornecedores - Risco Sacado	16		537.233	537.233		187.773	187.773
Dividendos e JCP	25		1.163.385	1.163.385		179.868	179.868
Instrumentos financeiros derivativos	14	67.304		67.304			
Ajuste de preço	17		5.031	5.031			
Concessões a pagar	17		13.350	13.350		12.555	12.555
Total		67.304	5.031	5.680.851		3.844.464	3.844.464
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		7.909.135	7.909.135		9.172.814	9.172.814
Passivos de arrendamento	15		117.768	117.768		110.071	110.071
Fornecedores	16		2.503	2.503		42.324	42.324
Concessões a pagar	17		78.419	78.419		78.728	78.728
Total			8.107.825	8.107.825		9.403.937	9.403.937
Total Passivo		67.304	13.716.341	13.788.676		13.248.401	13.248.401

Controladora							
31/12/2025				31/12/2024			
Ref.	Valor Justo através de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3		6.196.051	6.196.051		5.434.648	5.434.648
Aplicações financeiras	4		18.074	18.074		13.891	13.891
Contas a Receber	5	11.477	3.306.641	3.318.118	293.996	1.478.468	1.772.464
Dividendos e JCP a receber	8		2.390	2.390		65.393	65.393
Total Ativo		11.477	9.523.156	9.534.633	293.996	6.992.400	7.286.396
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		1.706.062	1.706.062		1.384.802	1.384.802
Passivos de arrendamento	15		16.384	16.384		12.257	12.257
Fornecedores	16		1.736.201	1.736.201		1.798.410	1.798.410
Fornecedores - Risco Sacado	16		537.233	537.233		187.773	187.773
Instrumentos financeiros derivativos	13.c	67.304		67.304			
Dividendos e JCP a pagar	25		1.163.385	1.163.385		179.868	179.868
Ajuste de preço	17		2.729	2.729			
Total		67.304	2.729	5.159.265		3.563.110	3.563.110
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		7.909.135	7.909.135		9.172.814	9.172.814
Passivos de arrendamento	15		116.702	116.702		110.071	110.071
Fornecedores	16		2.503	2.503		42.324	42.324
Total			8.028.340	8.028.340		9.325.209	9.325.209
Total Passivo		67.304	13.187.605	13.257.638		12.888.319	12.888.319

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Mensuração do valor justo**

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Saldos
Ativo					
Circulante					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Ajuste de preço	66.464		66.464	181.262	181.262
Total Ativo	66.464		66.464	181.262	181.262
Passivo					
Circulante					
Ajuste de preço	5.031		5.031		
Instrumentos financeiros derivativos		67.304	67.304		
Total do Passivo	5.031	67.304	72.335		

Controladora	31/12/2025			31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Saldos
Ativo					
Circulante					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Ajuste de preço	11.477		11.477	293.996	293.996
Instrumentos financeiros derivativos					
Total Ativo	11.477		11.477	293.996	293.996
Passivo					
Circulante					
Ajuste de preço	2.729		2.729		
Instrumentos financeiros derivativos		67.304	67.304		
Total do Passivo	2.729	67.304	70.033		

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativo.

Nível 3 - Não há ativos ou passivos classificados no nível.

14.b) **Gestão de riscos financeiros**

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado, risco de crédito e ao risco de liquidez.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Risco Cambial

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela Companhia.

A exposição consolidada está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	878.459	1.908.755
Contas a receber	182.223	201.259
Aplicação financeira	382.883	257.096
Empréstimos e financiamentos	(1.066.297)	(1.082.288)
Fornecedores	(67.586)	(8.753)
Outros	(7.044)	(79.262)
Exposição Cambial Bruta Natural (ativo - passivo)	302.638	1.196.807
Instrumentos derivativos ⁽¹⁾	815.611	999.507
Exposição cambial líquida	1.118.249	2.196.314

(1) Valor *notional* total das posições designadas em *hedge accounting* para gestão do risco cambial. As operações não representam instrumentos financeiros derivativos, mas relações formais de *hedge* contabilmente qualificadas.

A Companhia utiliza como estratégia o *hedge accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros.

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos e exposição cambial consolidada

A Companhia avaliou dois cenários distintos para análise do impacto cambial: o Cenário 1 projeta um horizonte de aumento da volatilidade da moeda, e o Cenário 2 prevê um horizonte de valorização do real frente ao dólar. O cálculo foi realizado com base na taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro de 2025, utilizando premissas fundamentadas em um cálculo de dispersão que considera tanto as variações históricas das taxas cambiais quanto projeções desenvolvidas pela Administração.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa de câmbio	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário 1	Cenário 2	Taxa de câmbio	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,5024	5,2006	5,7964	5,0436	6,1923	5,7779	6,2560	5,0799

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 referentes aos exercícios de 2025 e 2024, respectivamente, são demonstrados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31/12/2025					
Instrumentos	Notional (em milhares de USD)	Risco	Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário 1	Cenário 2
Caixa e equivalente no exterior	878.459	Dólar	(265.119)	258.267	(403.037)
Contas a receber - clientes mercado externo	182.223	Dólar	(54.995)	53.574	(83.604)
Aplicação financeira	382.883	Dólar	(115.554)	112.568	(175.667)
Empréstimos e financiamentos	(1.066.297)	Dólar	321.809	(313.491)	489.217
Fornecedores	(67.586)	Dólar	20.398	(19.870)	31.009
Outros passivos	(7.044)	Dólar	2.126	(2.071)	3.232
Hedge accounting de fluxo de caixa	815.611	Dólar	(246.151)	239.790	(374.202)
Posição cambial líquida	1.118.249		(337.486)	328.767	(513.052)

31/12/2024					
Instrumentos	Notional (em milhões de USD)	Risco	Cenário Provável ⁽¹⁾ R\$	Cenário 1 R\$	Cenário 2 R\$
Caixa e equivalente no exterior	1.908.755	Dólar	(136.899)	19.432	(417.963)
Contas a receber - clientes mercado externo	201.259	Dólar	(14.435)	2.049	(44.070)
Aplicação Financeira	257.096	Dólar	(18.439)	2.617	(56.297)
Empréstimos e financiamentos	(1.082.288)	Dólar	77.623	(11.018)	236.990
Fornecedores	(8.753)	Dólar	628	(89)	1.917
Outros Passivos	(79.262)	Dólar	5.685	(807)	17.356
Hedge Accounting de Fluxo de Caixa	999.507	Dólar	(71.686)	10.175	(218.864)
Posição cambial líquida	2.196.314		(157.523)	22.359	(480.931)

(1) Os cenários prováveis foram elaborados considerando a valorização do Real frente ao Dólar de 5,48% para 2025 (fonte: Banco Central do Brasil, 20 de fevereiro de 2026) e de 6,69% para 2024 (fonte: Banco Central do Brasil, 25 de fevereiro de 2025).

Hedge Accounting de fluxo de caixa – Câmbio

A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado, a Companhia designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025									
Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (R\$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido ⁽¹⁾ (R\$ mil)
01/06/2022	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Junho de 2022 a Maio de 2033	4,7289	878.640	(260.060)	(81.905)	(478.472)
01/12/2022	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Dezembro de 2022 a Junho de 2027	5,0360	70.000			(32.559)
16/05/2024	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2025 a Março de 2035	5,1270	208.717	(81.686)	(5.039)	(47.687)
Total						1.157.357	(341.746)	(86.944)	(558.718)

O saldo líquido dos montantes designados e já amortizados em dólares norte-americanos, totaliza US\$815.611 (US\$999.507 em 31 de dezembro de 2024).

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2025 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* de fluxo de caixa foi registrada.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos atrelados a taxas de juros pré-fixada e pós-fixada do CDI, TJLP, SOFR e IPCA, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade.

Swap taxa de juros IPCA x CDI

A Companhia contratou operações de *swap* com o objetivo de trocar a exposição aos juros de suas debêntures, que originalmente são atualizadas pelo IPCA, mais uma taxa pré-fixada, para CDI mais uma taxa pré-fixada. A tabela abaixo demonstra o resultado do *swap* até 31 de dezembro de 2025 reconhecida em resultados financeiros.

							31/12/2025	31/12/2024
Instrumento	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro (nota 30)	
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar) ⁽¹⁾		
Swap								
Swap Taxa de Juros (Debentures) CDI x IPCA	15/07/2031	Real	576.448	662.558	(647.657)	14.901	(8.851)	(106.533)
Swap Taxa de Juros (Debentures) CDI x IPCA	15/07/2032	Real	745.000	849.266	(854.864)	(5.598)	(17.541)	(118.657)
Swap Taxa de Juros (Debentures) CDI x IPCA	15/07/2036	Real	423.552	477.222	(486.061)	(8.839)	7.547	(77.496)
Swap Taxa de Juros (Debentures) CDI x IPCA	15/07/2037	Real	655.000	759.299	(781.326)	(22.027)	(6.495)	(104.307)
Total Swap			2.400.000	2.748.345	(2.769.908)	(21.563)	(25.340)	(406.993)

(1) Os instrumentos derivativos SWAP CDI x IPCA são totalmente classificados no grupo de empréstimos e financiamentos, uma vez que são atrelados às debêntures com o intuito proteger a exposição ao IPCA.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1, que prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2, que projeta um horizonte de redução. Para realizar o cálculo, utilizou-se como referência as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2025, com base em um modelo de dispersão que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também as projeções detalhadas da Administração. Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

Juros	Taxa de juros	31/12/2025		Taxa de juros	Consolidado 31/12/2024	
		Cenário 1	Cenário 2		Cenário 1	Cenário 2
CDI	14,90%	17,69%	12,97%	12,15%	13,72%	10,56%
TJLP	9,07%	9,22%	6,18%	7,43%	8,11%	6,72%
SOFR 6M	3,57%	4,70%	3,26%	4,25%	5,31%	0,51%
SOFR	3,87%	5,54%	3,64%	4,49%	5,28%	0,30%

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 referentes aos exercícios de 2025 e 2024, respectivamente, são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável ⁽¹⁾	Impacto nos saldos em 31/12/2025	
					Cenário 1	Cenário 2
CDI	14,90%	3.345.164	(3.597.110)	(37.540)	(44.579)	(32.688)
TJLP	9,07%		(150.892)	(13.686)	(13.912)	(9.318)
SOFR 6M	3,57%		(3.907.900)	(139.675)	(183.829)	(127.540)
SOFR	3,87%		(1.788.280)	(69.206)	(99.053)	(65.071)
Impacto no Resultado				(260.107)	(341.373)	(234.617)

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável ⁽¹⁾	Impacto nos saldos em 31/12/2024	
					Cenário 1	Cenário 2
CDI	12,15%	3.348.542	(3.428.741)	(9.744)	(11.001)	(8.467)
TJLP	7,43%		(150.000)	(11.145)	(12.158)	(10.078)
SOFR 6M	4,25%		(2.987.243)	(126.958)	(158.535)	(15.184)
SOFR	4,49%		(2.403.289)	(107.908)	(126.815)	(7.309)
Impacto no Resultado				(255.755)	(308.509)	(41.038)

(1) Em 2025, a análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2025 registrados no ativo e passivo da Companhia. Em 2024, a análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2024 registrados no ativo e passivo da Companhia.

- Risco de preço de mercado

Hedge accounting de fluxo de caixa – índice “Platts”

A Companhia optou por efetuar a designação formal do *hedge* e, conseqüentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* nesse instrumento. A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2025 reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e, na realização dos embarques, o montante reclassificado para “Outras Receitas e Despesas Operacionais”:

Vencimento da operação	Notional	31/12/2025		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Valorização (R\$)		Valor justo (mercado)	Outras receitas e despesas (Nota 29)	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro líquido (Nota 30)		
		Posição ativa	Posição passiva	Valor a receber / (pagar)					
01/01/2024 à 30/06/2024 (Liquidado)	Platts				452.907			19.445	
01/03/2025 à 30/11/2025 (Liquidado)	Platts				93.419		(180)		
01/12/2025 à 31/12/2025 ⁽¹⁾	Platts	1.800.454	(1.837.234)	(36.780)	(36.163)		(618)		
01/01/2026 à 31/01/2026	Platts	1.181.900	(1.203.692)	(21.792)		(21.361)	(431)		
01/02/2026 à 28/02/2026	Platts	529.067	(536.151)	(7.084)		(6.961)	(123)		
01/03/2026 à 31/03/2026	Platts	229.249	(230.947)	(1.698)		(1.705)	8		
01/04/2026 à 30/04/2026	Platts	28.791	(28.741)	50		51	(1)		
		3.769.461	(3.836.765)	(67.304)	57.256	452.907	(29.976)	(1.345)	19.445

(1) O vencimento da operação ocorreu em 31 de dezembro de 2025 e sua liquidação no início de janeiro de 2026.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do “Platts” no resultado da Companhia, a CMIN designa seu derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge accounting* de suas futuras vendas de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do “Platts”, é registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do “Platts” sobre as vendas de minério de ferro, possa ser reconhecido no mesmo momento.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elabora documentação formal indicando como a designação do *hedge accounting* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de derivativo de minério de ferro em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração.

Por meio do *hedge accounting* de fluxos de caixa, os ganhos e perdas com a volatilidade do “Platts” dos instrumentos financeiros de derivativo de minério não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, apenas na medida em que as vendas forem realizadas.

A Companhia tem revisado periodicamente os cenários de mercado para avaliar a exposição ao risco de preço do minério de ferro de forma a garantir a adequada cobertura das oscilações de preço de mercado. Esse processo envolve o monitoramento das flutuações e tendências nos preços globais, além da consideração de fatores econômicos e geopolíticos que possam impactar o valor dessa commodity.

- **Riscos de crédito**

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

A Companhia não possui exposição ao risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, uma vez que suas operações possuem garantias financeiras.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentados na nota 13.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

						Consolidado
	Ref.	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.706.062	1.922.178	3.272.591	2.714.366	9.615.197
Passivos de arrendamento	15	16.846	10.994	14.890	91.884	134.614
Instrumentos financeiros derivativos		67.304				67.304
Fornecedores	16	2.171.640	2.412	91		2.174.143
Fornecedores - Risco Sacado	16	537.233				537.233
Dividendos e JCP	25	1.163.385				1.163.385
Concessões a pagar	16	13.350	13.350	40.050	25.018	91.768
		5.675.820	1.948.934	3.327.622	2.831.268	13.783.644

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024	Ref.	Consolidado				Total
		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.384.802	1.434.387	2.467.451	5.270.976	10.557.616
Passivos de arrendamento	15	12.257	20.798	17.393	71.880	122.328
Fornecedores	16	2.067.209	42.315		8	2.109.532
Fornecedores - Risco Sacado	16	187.773				187.773
Dividendos e JCP	25	179.868				179.868
		3.831.909	1.497.500	2.484.844	5.342.864	13.157.117

Classificação da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Os saldos de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

Instrumentos	31/12/2025			31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo			Outras receitas e despesas operacionais (nota 29)		Outros Resultados Abrangentes		Resultado financeiro líquido (nota 30)	
	Circulante	Não Circulante	Total						
Derivativo de Minério de Ferro	(67.304)		(67.304)	57.256	452.906	(29.976)		(1.345)	19.445
Swap CDI x IPCA ⁽¹⁾		(21.564)	(21.564)					(25.340)	(406.993)
	(67.304)	(21.564)	(88.868)	57.256	452.906	(29.976)		(26.685)	(387.548)

(1) Os instrumentos derivativos SWAP CDI x IPCA são classificados no grupo de empréstimos e financiamentos, uma vez que são atrelados as debêntures com o intuito proteger a exposição ao IPCA.

A movimentação dos montantes relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Movimento	Realização	31/12/2025
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa- índice "Platts "		27.280	(57.256)	(29.976)
IR/CS sobre <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa – índice "Platts "		(9.275)	19.467	10.192
Valor justo do <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa - índice "Platts", líquido dos impostos		18.005	(37.789)	(19.784)

	31/12/2024	Movimento	Realização	31/12/2025
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.358.092)	712.431	86.943	(558.718)
IR/CS sobre <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	461.751	(242.228)	(29.559)	189.964
Valor justo do <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa - câmbio, líquido dos impostos	(896.341)	470.203	57.384	(368.754)

Total <i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.358.092)	739.711	29.687	(588.694)
Total de IR/CS sobre <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	461.751	(251.503)	(10.092)	200.156
Total de valor justo do <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa, líquido dos impostos	(896.341)	488.208	19.595	(388.538)

14.c) Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio (capital próprio)	6.680.126	10.269.114
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	9.186.417	10.128.720
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	1,38	0,99

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14.d) Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante enquanto os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita, outras receitas (despesas) operacionais e despesa financeira.

Os ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado financeiro. Entretanto, quando designados para operações de hedge accounting, seus ajustes de valor justo são registrados em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando então são registrados em outras receitas (despesas) operacionais, conforme a natureza da operação.

Política contábil

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	276.151	262.417	274.530	262.417
AVP - Arrendamentos	(141.537)	(140.089)	(141.444)	(140.089)
	134.614	122.328	133.086	122.328
Classificado:				
Circulante	16.846	12.257	16.384	12.257
Não Circulante	117.768	110.071	116.702	110.071
	134.614	122.328	133.086	122.328

A Companhia é titular de contrato de arrendamento do TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de granéis sólidos, como minério de ferro e carvão, com prazo remanescente de 22 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, e para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais. A taxa incremental empregada na mensuração de passivo de arrendamento e direito de uso para o contrato celebrado durante o exercício de 2025 com prazo de 5 anos é de 3,75% a.a.

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial líquido	122.328	125.038	122.328	125.038
Novos arrendamentos	1.826			
Revisão de contratos	26.952	13.315	26.952	13.315
Pagamento	(27.525)	(27.378)	(27.097)	(27.378)
Juros apropriados	11.033	11.353	10.903	11.353
Saldo final líquido	134.614	122.328	133.086	122.328

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Arrendamentos	17.755	56.887	201.509	276.151
AVP - arrendamentos	(909)	(31.003)	(109.625)	(141.537)
	16.846	25.884	91.884	134.614

- **PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	274.530	262.417	274.530	262.417
AVP - Arrendamentos	(141.444)	(140.089)	(141.444)	(140.089)
Potencial credito PIS e COFINS	25.394	24.274	25.394	24.274
AVP - Potencial credito de PIS e COFINS	(13.084)	(12.958)	(13.084)	(12.958)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Companhia possui contrato de arrendamento do TECAR que, ainda que estabeleça desempenho mínimo, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de menor valor	2.005	1.943
Pagamentos variáveis de arrendamentos	341.238	329.263
	343.243	331.206

Política contábil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e à qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	2.188.304	2.141.389	1.752.865	1.872.590
(-) Ajuste ao valor presente	(14.161)	(31.856)	(14.161)	(31.856)
	2.174.143	2.109.533	1.738.704	1.840.734
Classificado:				
Circulante	2.171.640	2.067.209	1.736.201	1.798.410
Não Circulante	2.503	42.324	2.503	42.324
	2.174.143	2.109.533	1.738.704	1.840.734

16.a) Fornecedores – Risco Sacado

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
No Brasil	537.233	187.773
	537.233	187.773

A Companhia divulga e classifica em grupo específico as suas operações de risco sacado com fornecedores onde a natureza dos títulos continua a fazer parte do ciclo operacional da Companhia. Referidas operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, conseqüentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia.

O quadro abaixo fornece a comparação dos prazos de pagamento das faturas com e sem operação de risco sacado, se tratando somente de aquisição de mercadorias, para a data base de 31 de dezembro de 2025:

Fornecedores	Consolidado e Controladora	
	Risco Sacado	Sem Risco Sacado
A vencer entre 1 a 180 dias	514.355	2.151.443
A vencer entre 181 a 360 dias	22.878	20.197
Acima de 360 dias		2.503
Total	537.233	2.174.143

Política contábil

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento com fornecedores em uma rubrica específica no balanço patrimonial. Esse é o caso quando o acordo de financiamento com fornecedores faz parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia e os termos dos passivos que fazem

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não são substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar comerciais que não fazem parte do acordo.

Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são apresentados em atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. Os custos financeiros da operação quando aplicáveis estão demonstrados na nota 30.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Ref.	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos com partes relacionadas	44.980	43.281		20.850	44.980	43.281		20.850
Instrumentos financeiros derivativos	67.304				67.304			
Tributos parcelados			13.318	20.482			13.318	20.482
Participação sobre lucro - empregados	78.293	55.635			78.293	55.635		
Passivos de arrendamento	15	16.846	117.768	110.071	16.384	12.257	116.702	110.071
Concessões a pagar	13.350	12.555	78.419	78.728				
Demurrage/ Despatch com terceiros	33.730	47.328			36.522	55.294		
Ajuste de preço	5.031	66.804			2.729	22.734		
Outras obrigações	14.626	6.742	4.104	2.658	5.104	2.473	4.000	2.558
	274.160	244.602	213.609	232.789	251.316	191.674	134.020	153.961

18. PASSIVOS DE CONTRATO (ADIANTAMENTO DE CLIENTES)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Minério de ferro	11.597.794	11.625.627	11.186.115	3.826.264
Contrato de energia	313.921	376.444	250.356	300.385
Outros		90		90
Total	11.911.715	12.002.161	11.436.471	4.126.739
Circulante	3.782.726	3.193.893	3.642.100	1.395.007
Não circulante	8.128.989	8.808.268	7.794.371	2.731.732
Total	11.911.715	12.002.161	11.436.471	4.126.739

Minério de Ferro: refere-se a contratos de fornecimento de minério de ferro firmados pela Companhia com importantes players internacionais. Os adiantamentos foram realizados conforme abaixo:

Contratos com terceiros celebrados pelas controladas:

Data da operação	Montante	Volume	Prazo
28/06/2024	US\$ 255 milhões	6,5 milhões de toneladas	4 anos
25/09/2024	US\$ 450 milhões	9,7 milhões de toneladas	4 anos
27/09/2024	US\$ 300 milhões	7,2 milhões de toneladas	4 anos
17/12/2024	US\$ 355 milhões	8,1 milhões de toneladas	5 anos
30/06/2025	US\$ 241 milhões	5,9 milhões de toneladas	4 anos
29/08/2025	US\$ 300 milhões	7,2 milhões de toneladas	4 anos

Contratos intercompanhia celebrados pela Controladora:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Data da operação	Montante	Volume	Prazo
03/11/2025	US\$ 367 milhões	7,9 milhões de toneladas	4 anos
03/12/2025	US\$ 405 milhões	9,7 milhões de toneladas	3 anos
03/12/2025	US\$ 150 milhões	3,2 milhões de toneladas	4 anos
03/12/2025	US\$ 158 milhões	3,8 milhões de toneladas	4 anos
03/12/2025	US\$ 300 milhões	7,2 milhões de toneladas	5 anos
26/12/2025	US\$ 241 milhões	5,9 milhões de toneladas	4 anos

Contratos de energia elétrica: em setembro de 2022 a Companhia recebeu, antecipadamente, o montante de R\$ 500 milhões referente ao contrato de comercialização de, aproximadamente, 262.800 MWh/ano de energia elétrica no período 2023 a 2030, celebrados com operadores nacionais do setor.

Os saldos adiantados serão reconhecidos como receita no resultado de acordo com a realização esperada, conforme abaixo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	TOTAL
Minério de ferro	3.719.873	3.224.527	4.653.394	11.597.794
Contratos de energia	62.853	100.069	150.999	313.921
	3.782.726	3.324.596	4.804.393	11.911.715

Política contábil

A Companhia reconhece como passivos de contratos os recebimentos antecipados de clientes, até que sejam atendidos os critérios contratuais para reconhecimento da receita e amortização dos montantes recebidos.

Adicionalmente a Companhia reconhece como adiantamento de clientes os recebimentos efetuados a maior em decorrência dos ajustes pela cotação do índice *platts* que determina o preço praticado nos contratos de vendas de minério de ferro.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(766.659)	(1.261.060)	(701.268)	(1.170.677)
Diferido	(10.512)	39.653	(9.980)	45.008
Tributação mínima global - Pilar 2	(22.011)			
	(799.182)	(1.221.407)	(711.248)	(1.125.669)

Em 2024, foram publicadas a Medida Provisória nº 1.262 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228, que instituem o Adicional de CSLL para fins de conformidade com as Regras Modelo do Pilar Dois (GloBE), visando uma tributação efetiva mínima de 15% para o Brasil a partir de 2025, em linha com as regras aplicadas para os demais países. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes das normas já regulamentadas, sendo a princípio identificado ajuste de *Top-up-tax* na Suíça e demais jurisdições estão sob revisão da consultoria externa.

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	2.448.341	5.749.126	2.360.895	5.653.388
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(832.436)	(1.954.703)	(802.704)	(1.922.152)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
IR/CS sobre juros capital próprio	290.019	230.048	290.019	230.048
Equivalência Patrimonial	86.686	67.186	(228.063)	480.770
Ajuste Transfer Price e lucros no exterior	(361)	(139)	(361)	(139)
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas ⁽¹⁾	(364.851)	361.668		
Programa de alimentação ao trabalhador	22.742	37.538	22.742	37.538
Doações incentivadas	25.392	52.020	25.392	52.020
Outras exclusões (adições) permanentes	(26.373)	(15.025)	(18.273)	(3.754)
IR / CSLL no resultado do exercício	(799.182)	(1.221.407)	(711.248)	(1.125.669)
Alíquota efetiva	32,64%	21,25%	30,13%	19,91%

1) Os resultados do período incluem efeitos relacionados a operações sujeitas a alíquotas diferenciadas ou não tributadas, bem como o reflexo do desempenho das empresas investidas reconhecido por meio da equivalência patrimonial.

19.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferido				
Diferenças temporárias	(128.522)	143.709	(132.773)	138.926
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	78.029	37.236	78.029	37.236
Provisões para passivos ambientais	2.893	6.059	2.893	6.059
Perdas estimadas em ativos	40.882	34.219	40.882	34.219
Perdas estimadas em estoques	8.505	5.857	8.505	5.857
Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	(1.255)	(822)	(1.255)	(822)
Provisão para consumos e serviços	10.731		10.731	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.837	343	3.837	343
Provisão A.R.O	160.391	128.168	160.391	128.168
Combinação negócios mineração	(224.750)	(237.703)	(224.750)	(237.703)
Ganhos/Perdas com hedge accounting de fluxo de caixa	200.156	461.751	200.156	461.751
Amortização de ágio fiscal	(286.372)	(286.372)	(286.372)	(286.372)
Ajuste a valor presente	(4.734)	(5.845)	(4.734)	(5.845)
Provisão GSF - Chapecó	4.251	4.783		
Juros capitalizados	(125.036)	(3.965)	(125.036)	(3.965)
Outras	3.950		3.950	
Total	(128.522)	143.709	(132.773)	138.926
Total Diferido Passivo	(332.468)	(322.488)	(332.468)	(322.488)
Total Diferido Ativo	203.946	466.197	199.695	461.414
Total Diferido	(128.522)	143.709	(132.773)	138.926

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “*Uncertainties Over Income Tax Treatments*” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19.c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir demonstra-se a movimentação dos tributos diferidos:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(103.912)	(114.050)
Reconhecido no resultado	39.654	45.009
Reconhecido em outros resultados abrangentes	207.967	207.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	143.709	138.926
Reconhecido no resultado	(10.512)	(9.980)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	(261.719)	(261.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(128.522)	(132.773)

19.d) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social		
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(492)	(484)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	(200.156)	(461.751)
	(200.648)	(462.235)

Política contábil

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo após a apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os créditos fiscais e diferenças temporárias indedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

20. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme notas 17 e 21 e estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
REFIS Federal Lei 12.865/13 ⁽¹⁾	22.036	28.663
Parcelamento ordinário ⁽²⁾		32.628
	22.036	61.291
Circulante	8.718	40.809
Não circulante	13.318	20.482
Total	22.036	61.291

(1) Débitos decorrentes do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001. Os valores foram integralmente liquidados durante o exercício de 2025.

(2) A Companhia aderiu ao parcelamento que possibilita ao contribuinte pagar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, entrada reduzida e prazo ampliado para pagamento.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Ref.	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos parcelados	20	8.718	40.809	8.718	40.809
Imposto de Renda e Contribuição Social		221.602	85.193	181.920	29.600
CFEM/TFRM		75.133	80.312	75.133	80.312
ICMS		4.745	4.047	4.341	3.559
Tributação mínima global - Pillar 2	19	22.011			
Outros tributos		14.207	9.191	13.520	8.595
Total		346.416	219.552	283.632	162.875

(1) Os depósitos judiciais estão alocados no balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

22. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações está apresentado a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais ⁽¹⁾		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	7.023	3.395	132	38	7.023	3.395	132	38
Trabalhistas	116.018	92.388	115.471	97.540	116.018	92.388	115.466	97.535
Cíveis	10.241	9.364	7.578	5.822	10.241	9.364	6.722	4.840
Ambientais	10.799	4.372	3.299	3.299	10.799	4.372	3.299	3.299
	144.081	109.519	126.480	106.699	144.081	109.519	125.619	105.712
Classificado:								
Circulante	5.716	10.952			5.716	10.952		
Não Circulante	138.365	98.567	126.480	106.699	138.365	98.567	125.619	105.712
	144.081	109.519	126.480	106.699	144.081	109.519	125.619	105.712

(1) Os depósitos judiciais estão alocados no balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pode ser assim demonstrada:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza	Consolidado e Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2024	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2025
Fiscais	3.395	3.569	133	(74)	7.023
Trabalhistas	92.388	21.558	13.476	(11.404)	116.018
Cíveis	9.364	407	638	(168)	10.241
Ambientais	4.372	6.666	164	(403)	10.799
	109.519	32.200	14.411	(12.049)	144.081

As provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, portanto representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, para os quais, em 31 de dezembro de 2025, somavam R\$ 10.386.162 (R\$10.757.986 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$608.999 em processos trabalhistas (R\$563.989 em 31 de dezembro de 2024), R\$66.961 em processos cíveis (R\$57.299 em 31 de dezembro de 2024), R\$9.114.131 em processos fiscais (R\$9.577.901 em 31 de dezembro de 2024), R\$596.072 em processos ambientais (R\$558.797 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

	31/12/2025	31/12/2024
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa. ⁽¹⁾	3.512.216	4.346.118
CFEM - Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	1.452.364	1.330.789
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008 e 2018. ⁽²⁾	484.034	534.305
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Cobrança IRRF - Combinações Negócios CMIN 2015	221.203	205.621
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior ⁽³⁾	163.996	338.273
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Preço de Transferência (Transfer Pricing) ⁽⁴⁾	73.556	389.919
Outros processos fiscais	3.206.760	2.432.876
Outros processos trabalhistas	608.999	563.989
Outros processos ambientais e minerários	596.073	558.796
Outros processos cíveis	66.961	57.298
Total	10.386.162	10.757.984

(1) Em 05 de setembro de 2025, a Companhia obteve êxito no pedido de revisão de dívida para o cancelamento de multa de ofício e juros por aplicação da Lei 14.689/2023.

(2) Em setembro de 2025, foram realizados ajustes nas contingências para que reflitam, com exatidão, os valores atualizados conforme os índices determinados pela Fazenda Pública, constantes nos extratos emitidos pelo Poder Público.

(3) Com amparo em parecer jurídico, houve reclassificação do prognóstico de perda possível para perda remota sobre multa de ofício e juros da multa, por serem aplicáveis ao caso as exclusões determinadas pela Lei 14.689/2023.

(4) A Companhia obteve êxito parcial no Recurso interposto no Processo 16682.720.529/2023-56, encerrando contingência possível de R\$ 212MM.

No 1º trimestre de 2021 a Companhia foi notificada sobre a instauração de procedimento arbitral fundado em suposto inadimplemento de contratos de fornecimento de minério de ferro. O pedido da contraparte naquele momento foi em torno de US\$ 1 bilhão, o qual a Companhia entende que as alegações apresentadas são infundadas pela completa ausência de danos, com base na avaliação de seus assessores legais. A Companhia informa que elaborou, em conjunto com seus assessores, a resposta ao requerimento de arbitragem e atualmente,

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

segue no desenvolvimento de sua defesa. Esclarece também que as discussões envolvem disputas arbitrais em andamento, iniciadas por ambas as partes. Estima-se, ainda, que as arbitragens estejam concluídas em aproximadamente 12 meses. A relevância do processo para a Companhia está relacionada ao valor atribuído à causa e ao eventual impacto financeiro.

Política contábil

São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideradas pela Administração substanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

23. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivos ambientais	6.653	11.010
Desativação de ativos	675.130	594.157
	681.783	605.167

Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2025 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25.

Política contábil

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

As obrigações com desativação de ativos "A.R.O" (*Asset retirement obligation*) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

24. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

24.a) Transações com Controladores

A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 69,01% de participação no capital social. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm 45,11% do capital votante da CSN.

A CSN é uma companhia aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 11 de março de 2026.

24.b) Transações com controladores, controladas, *joint ventures* e outras partes relacionadas

- Consolidado

Consolidado											
										31/12/2024	
	Ref.	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total
Ativo											
Ativo Circulante											
					1.571.603	1.571.603				97	97
					18.074	18.074				657.865	657.865
	5	904.593	170.735		6.985	1.082.313	236.619	103.788		7.652	348.059
	8	122.951				122.951	111.074				111.074
	8								63.003		63.003
	8	3.008			127.109	130.117	3.008			31.536	34.544
		1.030.552	170.735		1.723.771	2.925.058	350.701	103.788	63.003	697.150	1.214.642
Ativo Não Circulante											
	8	312.889			10.610	323.499	402.406			9.335	411.741
		312.889			10.610	323.499	402.406			9.335	411.741
		1.343.441	170.735		1.734.381	3.248.557	753.107	103.788	63.003	706.485	1.626.383
Passivo											
Passivo circulante											
		715.069				715.069	125.346	40.451			165.797
		6.324		108.329	79.806	194.459	894	7.529	94.467	40.797	143.687
		19.340		25.640		44.980	19.561		23.810	54.966	98.337
					3.952	3.952					
		740.733		133.969	83.758	958.460	145.801	47.980	118.277	95.763	407.821
Passivo não circulante											
									20.850		20.850
									20.850		20.850
		740.733		133.969	83.758	958.460	145.801	47.980	139.127	95.763	428.671

Consolidado											
31/12/2024											
		Controladora CSN	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e fundos Exclusivos	Total
Resultado											
Vendas		1.790.403	1.040.077		25.227	2.855.707	1.638.577	970.036		34.441	2.643.054
Custos e Despesas		(21.742)	(27.788)	(1.532.588)	(628.300)	(2.210.418)	(152.159)	(27.977)	(1.378.033)	(512.595)	(2.070.764)
Resultado Financeiro											
Juros	30	69.164		(4.528)	54.265	118.901	25.841		(6.602)	29.876	49.115
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	30		(1.517)		7.133	5.616		16.953		110.117	127.070
Fundos Exclusivos	30				2.305	2.305				1.609	1.609
Outras receitas e despesas operacionais		(146.804)		853	910	(145.041)			749	608	1.357
		1.691.021	1.010.772	(1.536.263)	(538.460)	627.070	1.512.259	959.012	(1.383.886)	(335.944)	751.441

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Controladora

Controladora													
31/12/2025													
Ref.	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	
31/12/2024													
Ativo													
Ativo Circulante													
					936.439	936.439					97	97	
					18.074	18.074					654.062	654.062	
	5	904.593	170.735	2.040.354	6.985	3.122.667	236.619	103.788	1.317.959		8.569	1.666.935	
	8	122.951				122.951	111.074					111.074	
	8		2.390			2.390			2.390	63.003		65.393	
	8	3.008			127.109	130.117	3.008				31.536	34.544	
		1.030.552	170.735	2.042.744	1.088.607	4.332.638	350.701	103.788	1.320.349	63.003	694.264	2.532.105	
Ativo Não Circulante													
	8	312.889			10.610	323.499	402.406				9.335	411.741	
		312.889			10.610	323.499	402.406				9.335	411.741	
		1.343.441	170.735	2.042.744	1.099.217	4.656.137	753.107	103.788	1.320.349	63.003	703.599	2.943.846	
Passivo													
Passivo circulante													
		715.069				715.069	125.346	40.451				165.797	
			2.212.560			2.212.560							
		6.324		108.329	79.806	194.459	894	7.529	118.428	94.467	40.797	262.115	
		19.340		25.640		44.980	19.561			23.810	54.743	98.114	
					3.952	3.952							
		740.733	2.212.560	133.969	83.758	3.171.020	145.801	47.980	118.428	118.277	95.540	526.026	
Passivo não circulante													
			6.372.807			6.372.807				20.850		20.850	
			6.372.807			6.372.807				20.850		20.850	
		740.733	8.585.367	133.969	83.758	9.543.827	145.801	47.980	118.428	139.127	95.540	546.876	
Controladora													
31/12/2025													
	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	Controladora CSN	Consórcio Asiático	Controladas	Joint-venture	Outras Partes Relacionadas e Fundos Exclusivos	Total	
Receita líquida e Custos													
		1.790.403	1.040.077	10.222.761		25.227	13.078.468	1.638.577	970.036	7.966.741		34.441	10.609.795
		(21.742)	(27.788)	(158.621)	(1.532.588)	(628.300)	(2.369.039)	(152.159)	(27.977)	(86.074)	(1.378.033)	(512.595)	(2.156.838)
Resultado Financeiro													
	30	69.164		(117.097)	(4.528)	31.140	(21.321)	25.841			(6.602)	29.876	49.115
	30					2.305	2.305						
	30		(1.517)	(202.277)		7.133	(196.661)	16.953	690.600			110.117	817.670
		(146.804)		(60.835)	853	910	(205.876)				749	808	1.357
		1.691.021	1.010.772	9.683.931	(1.536.263)	(961.585)	1.028.876	1.512.259	959.012	8.571.267	(1.383.886)	(337.553)	9.321.099

Informações Consolidado e Controladora

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: Referem-se a aplicações com liquidez imediata mantidas pela Companhia com o Banco Fibra e aplicações em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN

Contas a receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN e no mercado externo, para as empresas que compõem o Consórcio Asiático em contratos de longo prazo. Além disso, em dezembro de 2023 a CSN Mineração iniciou as operações de venda de minério de ferro para a offshore com sede na Suíça, CSN Mining International GmbH. Os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

Adiantamento de despesas compartilhadas e outros: Refere-se ao pagamento antecipado para a Controladora CSN a título de compartilhamento das despesas das áreas administrativas. Em agosto de 2024 a Companhia celebrou um novo contrato de pré-pagamento de custos de despesas administrativas, no montante de R\$546 milhões, cuja amortização é estimada para os próximos 5 anos. Adicionalmente, a Companhia mantém contratos de adiantamento com outras Partes Relacionadas a fim de melhorar o desempenho operacional em suas plantas.

Dividendos a receber: Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios a receber pela participação na Companhia Energética Chapecó - CEC, no montante de R\$2.390 distribuídos conforme a destinação do resultado referente ao exercício de 2022.

Fornecedores: A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Outras obrigações: Em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R\$ 120 milhões a valor presente O

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

pagamento ocorrerá anualmente até 2026. A Companhia mantém registrado o montante de R\$25.640 milhões referente ao acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS.

Adiantamento de clientes – Minério: Refere-se a contratos de fornecimento de minério de ferro firmados pela Controladora CMIN com a Controlada CSN Mining International GmbH.

Custos e despesas: A Companhia possui contratos para aquisição de minério de ferro no mercado interno e de prestação de serviços de manutenção de empresas do grupo CSN, os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro. A Companhia possui também contrato de assessoria de marketing para obtenção de informações estratégicas do mercado internacional de minério de ferro celebrado com integrantes do Consórcio Asiático.

24.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A CBS Previdência é uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. A Companhia, em conjunto com as empresas do Grupo CSN, é sua patrocinadora e mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas na Fundação CSN e as transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

- **Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da CSN, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

24.d) Partes Relacionadas sob controle de membro da Administração da Companhia

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários.

Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	13.087	18.727
Benefícios pós-emprego	431	406
	13.518	19.133

Política contábil

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

com terceiros. As transações entre a Controladora e suas subsidiárias são eliminadas e ajustadas para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora.

As partes relacionadas da Companhia podem ser suas subsidiárias, *joint ventures*, coligadas, acionistas, empresas ligadas, bem como o pessoal-chave da Administração da Companhia.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$7.473.980, representado por 5.432.044.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

25.b) Capital social autorizado

O artigo 6º do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025 define que o capital social pode ser elevado, independente de reforma estatutária, no valor de até R\$1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por decisão do Conselho de Administração.

25.c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a reserva de capital da Companhia é de R\$ 127.042. Sendo composta por:

- (i) R\$141.723 referente ao ágio reconhecido na emissão de ações realizada na combinação de negócios da mineração em dezembro de 2015; e
- (ii) Redução de R\$14.681 decorrente do custo de transação, líquido de impostos, incorrido na oferta pública das ações primárias, realizada em 17 de fevereiro de 2021.

25.d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

25.e) Transação de capital

A controladora, Companhia Siderúrgica Nacional, alienou parte de seu investimento na MRS Logística S.A. para a Companhia, em uma transação de capital entre entidades do mesmo grupo econômico, a qual não resultou em alteração do controle societário, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

A transação foi realizada pelo preço total de R\$ 3.350.000 já pagos pela CMIN e o investimento foi registrado pela CMIN pelo mesmo valor contábil anteriormente reconhecido na Controladora CSN no total de R\$ 998.922. O montante pago que excedeu esse valor, no total de R\$ 2.351.078, não representando ganho ou perda realizado para o Grupo e, portanto, não foi reconhecido no resultado nem classificado como reserva de lucros.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Dessa forma, a Administração registrou o referido valor diretamente no Patrimônio Líquido, na rubrica “Transação de Capital”, uma vez que não está disponível para distribuição de dividendos, permanecendo nessa classificação até a efetiva realização econômica do investimento fora do grupo econômico.

25.f) Composição acionária

Aprovação, celebração e efetivação da alienação de participação minoritária na controlada CSN Mineração

Em razão da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações pela CSN com a Itochu Corporation, tendo por objeto a alienação de 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço unitário de R\$ 7,50 por ação, no montante de R\$ 4.419.786, a partir do dia 12 de novembro de 2024, a CSN passou a deter 3.785.474.692 ações ordinárias de emissão da Companhia, reduzindo sua participação direta para 69,01% e a Itochu Corporation passou a deter 589.304.801 ações ordinárias de emissão da Companhia alcançando a participação direta de 10,74% e indireta de 9,26% por meio da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. Sendo assim a composição acionária da Companhia passou a ser:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Companhia Siderúrgica Nacional	3.785.474.692	69,01%	69,69%	3.785.474.692	69,01%	69,69%
Itochu Corporation	589.304.801	10,74%	10,85%	589.304.801	10,74%	10,85%
Japão Brasil Minérios de Ferro Participações	507.762.966	9,26%	9,35%	507.762.966	9,26%	9,35%
Posco Holdings Inc	102.186.675	1,86%	1,88%	102.186.675	1,86%	1,88%
China Steel Corporation	22.366.860	0,41%	0,41%	22.366.860	0,41%	0,41%
Outros	424.948.544	7,75%	7,82%	424.948.544	7,75%	7,82%
Total de ações em circulação	5.432.044.538	99,03%	100,00%	5.432.044.538	99,03%	100,00%
Ações em tesouraria	53.294.297	0,97%		53.294.297	0,97%	
Total de ações	5.485.338.835	100,00%	100,00%	5.485.338.835	100,00%	100,00%

25.g) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
	Ações ordinárias	
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	1.649.647	4.527.719
Média ponderada da quantidade de ações ⁽¹⁾	5.432.045	5.470.598
Lucro básico e diluído por ação	0,30369	0,82765

(1) A média ponderada de ações é calculada considerando a quantidade de ações e o tempo em circulação.

25.h) Programas de recompra e de alienação de ações

A Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2024, os Programas de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 77/2022, descritos abaixo:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo de ações em tesouraria
4 °	28/06/2024	100.000.000	de 28/06/2024 a 19/12/2025	R\$ 6,0497	R\$5,2798 e R\$ 7,1162	53.294.300	(3)	53.294.297
						53.294.300	(3)	53.294.297

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Programa de Recompra de Ações, nos termos da instrução CVM 77/2022, aprovado em 28 de junho de 2024 pelo Conselho de Administração, consiste em:

- Recompra de até 100.000.000 ações;
- Vigência do programa de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025;
- Preço de aquisição não poderá ser superior ao de cotação na Bolsa de Valores;
- Operações de recompra intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia, aprovou em reunião do Conselho da Administração o cancelamento de três ações de emissão própria mantidas em tesouraria, sem alteração no valor do capital social da controlada em decorrência do cancelamento de ações, portanto o capital social da Companhia passou a ser dividido em 5.485.338.835 ações.

Em 21 de novembro de 2025, a Companhia aprovou o programa de alienação de ações mantidas em tesouraria, com as seguintes características:

- Alienação de até 53.294.297 ações;
- Vigência do programa de 24 de novembro de 2025 a 21 de maio de 2027;
- Preço de alienação: As operações de alienação serão realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a preço de mercado.
- Operações de alienação intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

Política contábil

Capital Social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ações em tesouraria

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas. Quando essas ações são subsequentemente alienadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

26. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intercalares com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio.

					Controladora
Data da aprovação em RCA	Data de pagamento	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros sobre capital próprio	Valor por ação
26/12/2025				163.998	0,03019082
26/12/2025		259.712			0,04781110
04/11/2025	19/11/2025		424.206		0,07809320
04/11/2025	19/11/2025			479.000	0,08818043
08/05/2025	15/07/2025			210.000	0,03865948
08/05/2025	15/07/2025	1.090.000			0,20066109
			768.596		0,14149298
Montante distribuído em 2025		1.349.712	1.192.802	852.998	

No dia 08 de maio de 2025, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual aprovou a distribuição de R\$ 1.300.000 à conta de reserva de lucros, dos quais: R\$ 1.090.000 a título de dividendos intermediários, e o montante bruto de R\$ 210.000 a título de pagamento de juros sobre o capital próprio considerando a retenção de imposto de renda no montante de R\$31.799.

Em 04 de novembro de 2025, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual aprovou a distribuição de R\$ 903.205 à conta de reserva de lucros, dos quais: R\$ 424.206 a título de dividendos intermediários, e o montante bruto de R\$ 479.000 a título de pagamento de juros sobre o capital próprio considerando a retenção de imposto de renda no montante de R\$69.059. Os dividendos intermediários e juros sob capital próprio foram liquidados em 19 de novembro de 2025.

Em 26 de dezembro de 2025, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual aprovou a deliberação de pagamento de dividendos a título de dividendos intermediários, a distribuição de R\$ 423.709 à conta de reserva de lucros, dos quais: R\$ 259.712 a título de dividendos intermediários, e R\$ 163.998 a título de pagamento de juros sobre o capital próprio considerando a retenção de imposto de renda no montante de R\$24.154. Os dividendos intermediários e juros sob capital próprio serão liquidados até dia 31 de dezembro de 2026.

					Controladora
Data da aprovação em RCA	Data de pagamento	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros sobre capital próprio	Valor por ação
09/05/2024	24/05/2024	1.025.041			0,18686917
30/09/2024	26/12/2024		2.375.000		0,43689118
30/09/2024	26/12/2024	160.000			0,02943267
30/09/2024	26/12/2024			465.000	0,08553870
27/12/2024	15/07/2025			211.610	0,03895596
Montante distribuído em 2024		1.185.041	2.375.000	676.610	

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No dia 09 de maio de 2024, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual foi aprovada a deliberação de pagamento de dividendos a título de dividendos intermediários, à conta de lucros do exercício corrente, no montante de R\$ 1.025.041, correspondente ao valor de R\$ 0,18686917 por ação, os quais foram pagos em 24 de maio de 2024, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório e sem correção monetária.

Em 30 de setembro de 2024, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, à conta dos lucros apurados em balanço levantado em 31 de agosto de 2024, no montante de R\$ 2.375.000, correspondente ao valor de R\$ 0,43689118 por ação, bem como a distribuição de dividendos intermediários à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 160.000.000, correspondente ao valor de R\$ 0,02943267 por ação. Esses dividendos foram pagos em 26 de dezembro de 2024.

Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou ainda o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 465.000, correspondente ao valor de R\$ 0,08553870 por ação, considerando a retenção de imposto de renda na fonte no montante de R\$ 69.750. Os juros sobre o capital próprio foram pagos em 26 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2024, foi realizada uma Reunião do Conselho de Administração na qual foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 211.610, correspondente ao valor de R\$ 0,03895596 por ação, considerando a retenção de imposto de renda na fonte aplicável, tendo o respectivo pagamento ocorrido em 15 de julho de 2025.

Adicionalmente, no âmbito da proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, a administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 768.596, os quais serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. Esse valor se soma aos dividendos mínimos obrigatórios já apurados, de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

Assim segue a proposta de destinação dos lucros para deliberação de seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	1.649.647	4.527.719
Reserva legal	(2.276)	(226.386)
Reserva de investimento	(259.713)	(1.801.132)
Dividendos e JCP antecipados	(619.062)	(2.500.201)
Dividendos adicionais propostos	(768.596)	

Política contábil

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, adicionalmente a Companhia poderá distribuir dividendos adicionais de 25% do lucro ajustado, após a retenção do montante previsto em orçamento de capital, se houver, que ficará destacado no passivo circulante. Além disso, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio imputando

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima. Caso a Companhia informe dividendo superior ao mínimo obrigatório na proposta de destinação, esse montante é destacado em conta específica no patrimônio líquido em "Dividendo Adicional Proposto".

27. RECEITA LÍQUIDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Faturamento Bruto				
No Brasil	1.928.195	1.772.075	1.919.615	1.765.188
No exterior	16.470.976	15.069.878	13.366.550	11.436.314
	18.399.171	16.841.953	15.286.165	13.201.502
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(10.291)	(15.295)	(10.272)	(38.518)
Tributos incidentes sobre vendas	(363.759)	(330.341)	(362.965)	(329.653)
	(374.050)	(345.636)	(373.237)	(368.171)
Receita Líquida	18.025.121	16.496.317	14.912.928	12.833.331

Política contábil

O reconhecimento da receita da Companhia é realizado assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do valor do contrato;
- Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas.

A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes. Na maioria dos casos, o controle é transferido quando o produto é entregue ou carregado na embarcação ou veículo em que será transportado, no porto de destino ou as instalações do cliente. Pode haver circunstâncias em que o julgamento é necessário com base nos indicadores de controle destacado anteriormente. Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (*Cost and Freight*) e CIF (*Cost, Insurance and Freight*) o cliente tem uma obrigação atual de pagar de acordo com os termos do contrato de venda, geralmente ocorre quando o navio é carregado, momento em que a obrigação de pagamento acontece para produto e frete, e em certos casos, para seguros após a data em que o controle das mercadorias passa para o cliente no porto de carregamento.

Portanto, a Companhia tem obrigações de desempenho distintas para produtos e frete, porém tais obrigações de performances são combinadas em único contrato e suas receitas são reconhecidas no mesmo momento. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. Os contratos de vendas de minério de ferro são provisoriamente fixados a preços na data em que as receitas são reconhecidas e uma fatura provisória é emitida, conforme estipulado no contrato. O preço de venda desses produtos pode ser mensurado confiavelmente a cada período uma vez que o preço é cotado em um mercado

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

28. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Material de terceiros	(3.724.747)	(2.710.324)	(3.724.747)	(2.710.324)
Mão de obra	(1.049.825)	(1.007.738)	(1.009.114)	(984.970)
Suprimentos	(688.417)	(809.123)	(686.226)	(850.962)
Manutenção (serviços e materiais)	(869.299)	(924.969)	(866.147)	(975.134)
Serviços de terceiros	(904.197)	(737.064)	(902.473)	(773.047)
Fretes/ seguros marítimos	(2.693.023)	(3.494.957)	(4.647)	(328.330)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.270.017)	(1.144.307)	(1.240.138)	(1.130.474)
Impostos e taxas	(424.542)	(300.457)	(419.425)	(292.673)
Arrendamento portuário	(335.553)	(323.893)	(335.553)	(323.893)
Despesas portuárias- terceiros ⁽¹⁾	(48.502)		(48.502)	
Compartilhamento de despesas	(146.804)	(151.285)	(146.804)	(151.285)
Outros	(691.936)	(140.700)	(813.164)	(164.409)
	(12.846.862)	(11.744.817)	(10.196.940)	(8.685.501)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(9.850.577)	(8.025.027)	(9.942.196)	(8.166.365)
Despesas com vendas	(2.812.475)	(3.537.738)	(102.540)	(365.244)
Despesas gerais e administrativas	(183.810)	(182.052)	(152.204)	(153.892)
	(12.846.862)	(11.744.817)	(10.196.940)	(8.685.501)

A depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Produção	(1.267.816)	(1.142.970)	(1.239.831)	(1.130.186)
Despesa Vendas	(80)	(68)	(80)	(68)
Despesa Gerais e Administrativas	(2.121)	(1.269)	(227)	(220)
	(1.270.017)	(1.144.307)	(1.240.138)	(1.130.474)
Outras operacionais ⁽¹⁾	(5.977)	(5.711)	(5.977)	(5.711)
	(1.275.994)	(1.150.018)	(1.246.115)	(1.136.185)

(1) Referem-se substancialmente à depreciação de equipamentos paralisados.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

		Consolidado		Controladora	
	Ref.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais					
Multas Contratuais		845	1.118	845	1.118
Hedge de fluxo de caixa realizado ⁽¹⁾	14	57.256	419.206	57.256	419.206
Ajuste com plano de pensão		910	409	910	409
Outras receitas		11.490	28.701	12.646	20.648
		70.501	449.434	71.657	441.381
Outras despesas operacionais					
Impostos e taxas		(32.482)	(26.308)	(31.991)	(26.140)
Despesas com passivo ambiental líquidas		(1.103)	(22.705)	(1.103)	(22.705)
Reversões/(despesas) com processos judiciais líquidas		(56.665)	(60.295)	(56.665)	(60.329)
Baixas ou perdas estimadas em imobilizado, intangível e propriedades para investimentos, líquidas de reversão	10	(37.611)	(10.622)	(37.611)	(10.622)
Perdas estimadas em estoques			(2.937)		(2.937)
Reversão/(perdas) com inventários de produto acabado		(42.368)	(13.706)	(42.368)	(13.706)
Depreciação de equipamentos paralisados		(5.977)	(5.711)	(5.977)	(5.711)
Despesas com estudos e engenharia de projetos		(27.700)	(12.525)	(27.700)	(12.525)
Manutenção equipamentos paralisados		(314)	(4.377)	(314)	(4.377)
Hedge de fluxo de caixa realizado ⁽¹⁾	14	(86.943)		(86.944)	
Doações incentivadas		(26.907)	(51.405)	(26.907)	(51.405)
Demurrage		(78.044)	(104.886)	(77.522)	(112.003)
Outras despesas		(67.605)	(100.127)	(53.842)	(86.127)
		(463.719)	(415.604)	(448.944)	(408.587)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas		(393.218)	33.830	(377.287)	32.794

(1) Ganho/(Perdas) reconhecidas com Hedge Accounting de Fluxo de Caixa do índice "Platts" e câmbio.

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

		Consolidado		Controladora	
	Ref.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras					
Partes relacionadas	24.b	125.734	57.326	102.609	57.326
Rendimentos sobre aplicações financeiras		660.241	660.506	299.541	461.389
Outros rendimentos		1.227	1.947	1.227	1.750
		787.202	719.779	403.377	520.465
Despesas financeiras					
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	13.a	(380.288)	(418.444)	(380.288)	(418.444)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	13.a	(279.007)	(259.814)	(279.007)	(259.814)
Juros Capitalizados	10.a	183.835	113.048	183.835	113.048
Juros sobre adiantamento de clientes		(839.962)	(632.034)	(291.225)	(462.098)
Partes relacionadas	24.b	(4.528)	(6.602)	(121.625)	(6.602)
Juros e multas		(11.793)	(12.199)	(11.773)	(12.191)
Ajuste ao valor presente de fornecedores		(92.069)	(74.543)	(91.939)	(74.543)
Comissões, fianças, garantias e despesas bancárias		(74.538)	(145.722)	(48.462)	(84.772)
Encargos sobre ganhos financeiros		(36.799)	(76.651)	(36.799)	(76.651)
Outras despesas financeiras		(92.298)	(79.055)	(78.796)	(64.179)
		(1.627.447)	(1.592.016)	(1.156.079)	(1.346.246)
Outros itens financeiros líquidos					
Variações monetárias e cambiais líquidas		(1.695.872)	2.041.603	(498.788)	1.285.752
Variação cambial com hedge accounting - Platts		(1.345)	19.445	(1.345)	19.445
Resultado sw ap IPCA/CDI		(25.340)	(406.993)	(25.340)	(406.993)
		(1.722.557)	1.654.055	(525.473)	898.204
Resultado financeiro líquido		(2.562.802)	781.818	(1.278.175)	72.423

Política contábil

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios, para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Ásia	15.811.599	88%	13.718.735	83%
Europa	659.358	4%	1.351.143	8%
Mercado interno	1.554.164	8%	1.426.439	9%
	18.025.121		16.496.317	

	Controladora			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Ásia	13.366.550	90%	13.994	0%
Europa			11.399.097	88,8%
Mercado interno	1.546.378	10%	1.420.240	11%
	14.912.928		12.833.331	

Política contábil

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32.a) Descrição dos planos de pensão

Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio-doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício

32.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("Asset Liability Management"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

32.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*, abaixo é apresentado a posição em 31 de dezembro 2025 e 2024:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
	Ativo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(10.656)	(9.336)
	(10.656)	(9.336)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente da obrigação de benefício definido	6.726	8.189
Valor justo dos ativos do plano	(17.965)	(18.920)
Déficit/(Superávit)	(11.239)	(10.731)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	583	1.395
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(10.656)	(9.336)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações no início do exercício	8.189	7.763
Custo do serviço	270	311
Custo dos juros	966	699
Contribuições de participante realizadas no exercício	270	309
Benefícios pagos	(359)	(526)
Perda/(ganho) atuarial	(2.610)	(367)
Valor presente das obrigações no final do exercício	6.726	8.189

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(18.920)	(15.365)
Receita com juros	(2.320)	(1.432)
Benefícios pagos	359	526
Contribuições de participante realizadas no exercício	(270)	(309)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	3.186	(2.340)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(17.965)	(18.920)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Custos de serviços correntes	270	311
Custos de juros	966	699
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(2.320)	(1.432)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	173	13
Total dos custos (receitas), líquidos	(911)	(409)

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
(Ganhos) e perdas atuariais	(2.610)	(367)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	3.186	(2.340)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(940)	1.245
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	(364)	(1.462)

A abertura dos ganhos e perdas atuariais estão demonstrados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(72)	(607)
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	(2.538)	240
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(940)	1.245
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	3.186	(2.340)
(Ganhos) e perdas atuariais	(364)	(1.462)

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 11,65%	Plano Milênio: 12,43%
Taxa de inflação	4,05%	4,96%
Taxa de aumento nominal do salário	1,00%	1,00%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,05%	4,96%
Taxa de retorno dos investimentos	7,30%	7,12%
Tábua de mortalidade geral	AT2012 Básica por sexo	AT2012 Básica por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-71	AT-71
Tábua de rotatividade	5% ao ano	5% ao ano
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos dos empregados com idade de 65 anos e 40 anos:

	Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
	31/12/2025	31/12/2024
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	21,47	21,47
Feminino	23,34	23,34
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	44,07	44,07
Feminino	46,68	46,68

Alocação dos ativos do plano:

	Consolidado e Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
Renda Variável	1.487	8,28%	1.654	8,74%
Renda Fixa	14.289	79,54%	15.259	80,65%
Imóveis	1.179	6,56%	989	5,23%
Outros	1.010	5,62%	1.018	5,38%
Total	17.965	100%	18.920	100%

32.d) Contribuições esperadas para o ano seguinte e despesa do exercício

Para o plano misto de benefício suplementar, a despesa em 2025 foi de R\$270 (R\$314 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025 para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas para a parcela de contribuição definida são no montante de R\$4.608 e R\$249 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto				
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(22.990)	20.983	(17.658)	18.979
Efeito no valor presente das obrigações	(197.413)	200.818	(172.857)	175.199
Hipótese: Crescimento Salarial				
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.861	(1.735)	44.568	(42.772)
Efeito no valor presente das obrigações	118.450	(112.569)	188.248	(180.715)
Hipótese: Reajuste de Benefícios				
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	2.424	(2.424)	7.721	(7.725)
Efeito no valor presente das obrigações	33.799	(33.810)	40.517	(40.536)
Hipótese: Tábua de Mortalidade				
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	2.696	(2.688)	(4.035)	4.986
Efeito no valor presente das obrigações	4.152	(1.171)	(8.131)	12.086

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamentos esperados	2025	2024
Ano 1	675.002	865.300
Ano 2	722.241	932.993
Ano 3	697.887	907.411
Ano 4	673.185	877.845
Ano 5	648.657	848.486
Próximos 5 anos	2.922.826	3.787.998
Total de pagamentos esperados	6.339.798	8.220.033

Política contábil

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

33. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos com pagamentos mínimos não canceláveis, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração	1.228.459	1.126.087			2.354.546
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer	88.326	90.773	92.486	285.600	557.185
Serviços de mão de obra e consultoria	27.512	27.512	27.512	82.539	165.075
	1.344.297	1.244.372	119.998	368.139	3.076.806

34. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos de apólice de seguros. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN, sem, porém, haver responsabilidade solidária e nem subsidiária entre a Companhia e empresas do seu grupo econômico.

Em 2025, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi renovada apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência 30 de setembro de 2025 a 30 de setembro de 2026 para locais com atividades da Companhia, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Para esta renovação, foi realizada alteração das condições da Apólice de Riscos Operacionais onde alterou-se o Limite Máximo de Indenização para US\$ 100 milhões tendo da franquia de US\$ 310 milhões para danos materiais e mantendo-se 45 dias para lucros cessantes. O limite máximo de indenização da apólice é compartilhado com outros estabelecimentos segurados

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas nem revisadas pelos auditores independentes da Companhia.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Ref.	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	10.a	183.835	113.048	183.835	113.048
Remensuração e adição ao direito de uso	10.a	28.778	13.315	26.952	13.315
		212.613	126.363	210.787	126.363

36. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se, principalmente, em instrumentos derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa, líquidos de impostos, que não transitam pelo resultado até a sua realização, adicionalmente temos ajustes atuariais, líquidos de impostos, no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.649.159	4.527.719	1.649.647	4.527.719
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	152	1.117	152	1.117
	152	1.117	152	1.117
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	488.208	(127.989)	488.208	(127.989)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	19.595	(276.676)	19.595	(276.676)
	507.803	(404.665)	507.803	(404.665)
Resultado Abrangente do exercício	2.157.114	4.124.171	2.157.602	4.124.171
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	2.157.602	4.124.171	2.157.602	4.124.171
Participação dos acionistas não controladores	(488)			
	2.157.114	4.124.171	2.157.602	4.124.171

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas Demonstrações Financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

3.1 Projeções

A Companhia esclarece que as informações divulgadas neste item representam uma mera estimativa, com dados hipotéticos e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia e/ou de seus administradores. As projeções abaixo apresentadas envolvem fatores de mercado alheios ao controle da Companhia e, dessa forma, podem sofrer alterações.

a) Objeto da projeção.

A Companhia estima as seguintes variáveis abaixo:

Projeções	2026E	2027E	2028E	2029E	2030E	2023-2028E	2025 -2030E
CAPEX de Expansão (R\$ Milhões)	-	-	-	-	-	-	R\$ 13.200
Custo C1 (US\$/ton)	\$22 - \$23,5	-	-	-	-	-	-
Projeção potencial de Geração de EBITDA incremental com projeto P15 (R\$ milhões)	-	-	4.000	-	-	-	-
Volume de Produção de Minério de Ferro (Mton)	45,0 - 47,0	43,5 - 47,5	50 - 55	55 - 60	60 - 65	-	-

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Os períodos projetados e prazos de validade podem ser visualizados na tabela acima no item 3.1 a), sendo os números sempre apresentados no fechamento do exercício e devidamente publicados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de cada exercício.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

Todas as premissas das projeções mencionadas acima estão sujeitas a fatores de influência externa, que estão fora do controle da administração da Companhia. Portanto, caso ocorra qualquer alteração relevante nessas premissas, a Companhia poderá revisar suas estimativas, alterando-as em comparação às originalmente apresentadas.

A principal premissa que pode ser influenciada pela administração da Companhia seria seus volumes de produção e venda, juntamente com os custos associados.

O volume de produção de minério sempre considera nossos planos de lavra de 2023 e 2024, com incremento da produção de *pellet feed*. Por outro lado, fatores chaves como preços de venda e *inputs* de matéria-prima estão fora do controle da Companhia.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Os valores podem ser encontrados acima no item 3.1 a).

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas e quais delas estão sendo repetidas.

Estimativas mantidas:

Projeções	2026E	2027E	2028E	2029E	2030E	2023-2028E	2025 -2030E
CAPEX de Expansão (R\$ Milhões)	-	-	-	-	-	-	R\$ 13.200
Custo C1 (US\$/ton)	\$22 - \$23,5	-	-	-	-	-	-
Projeção potencial de Geração de EBITDA incremental com projeto P15 (R\$ milhões)	-	-	4.000	-	-	-	-
Volume de Produção de Minério de Ferro (Mton)	45,0 - 47,0	43,5 - 47,5	50 - 55	55 - 60	60 - 65	-	-

Estimativas substituídas nos últimos 3 exercícios:

A Companhia substituiu em novembro/23 a projeção de produção de minério de ferro mais compras de terceiros de um patamar entre 39.000 kton e 41.000 kton para 42.000 kton e 42.500 kton no fechamento de 2023.

A Companhia substituiu em novembro/23 o custo caixa C1 na mineração de um patamar entre US\$19/ton a US\$21/ton para US\$22/ton em 2023.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros entre 42,0-43,5 Mton em 2024, 42 Mton em 2025, 44 Mton em 2026, 53 Mton em 2027 e 68 Mton em 2028.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de custo C1 da mineração para um patamar entre US\$21,5/ton e US\$23,0/ton em 2024.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de CAPEX de expansão na Mineração de um patamar de R\$ 13,8 bilhões no período de 2023-2027 para um patamar de R\$ 15,3 bilhões no período de 2023-2028, relativos à fase 1 do projeto de adição de capacidade.

A Companhia adicionou em dezembro/23 a projeção de atingir um EBITDA potencial de R\$ 4 bilhões com o projeto da Planta de Itabirito P15 após a maturação das operações prevista para ocorrer em 2028.

A Companhia substituiu em dezembro/24 a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros para um patamar entre 42,0-43,5 Mton em 2025, 43,5-47,5 Mton nos anos de 2026 e 2027, 50-55 Mton em 2028, 55-60 Mton em 2029 e 60-65 Mton em 2030.

A Companhia adicionou em dezembro/24 a projeção de custo C1 para um patamar entre US\$21,5/ton e US\$23,0/ton em 2025.

A Companhia substituiu em dezembro/24 a projeção de CAPEX de expansão de um patamar de R\$ 15,3 bilhões no período de 2023-2028 para um patamar de R\$ 13,2 bilhões no período de 2025-2030, relativos à fase 1 do projeto de adição de capacidade.

Em março de 2026, a Companhia substituiu a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros entre 42,0-43,5 Mton em 2026 para 45,0-47,0.

A Companhia adicionou em março de 2026 a projeção de custo C1 da mineração para um patamar entre US\$22,0/ton e US\$23,5/ton em 2026.

- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.**

2023

Projeções	2023 Projetado	2023 Realizado	Variação
Volume de Produção e Compras de Minério de Ferro de Terceiros (Mton) - Mineração	42 - 42,5	42,6	0,1
Cash Cost (Custo C1) - Mineração (US\$/ton)	US\$ 22	21,8	-US\$ 0,2

O Volume de Produção de minério foi positivamente impactado por uma maior eficiência operacional, fazendo com que o resultado do ano superasse as estimativas iniciais. Adicionalmente, o alto volume permitiu uma maior diluição de custo fixo, levando o custo caixa C1 na mineração para um patamar abaixo do projetado.

2024

Projeções	2024 Projetado	2024 Realizado	Explicação
<i>Volume de Produção e Compras de Minério de Ferro de Terceiros (Mton) - Mineração</i>	42,0 - 43,5	42	Atingido
<i>Cash Cost (Custo C1) - Mineração (US\$/ton)</i>	US\$ 21,5 -23	20,4	Melhor

O Volume de Produção de minério veio em linha com as projeções, enquanto o custo caixa C1 foi positivamente impactado por uma maior eficiência operacional, maior diluição de custo fixo e impacto do câmbio, levando para um patamar abaixo do projetado.

2025

Projeções	2025 Projetado	2025 Realizado	Variação	Explicação
<i>Custo C1 (US\$/ton)</i>	\$21,5 - \$23	R\$ 21,5	R\$ 0	Atingido
<i>Volume de Produção de Minério de Ferro (Mton)</i>	42 - 43,5	45,8	105,4%	Melhor

O Volume de Produção de minério foi superior ao projetado, devido ao fortalecimento da plataforma logística e da capacidade de embarques.

Por sua vez, tanto a projeção quanto ao Custo C1 vieram em linha com o realizado.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Estimativas em curso e válidas:

Projeções	2026E	2027E	2028E	2029E	2030E	2023-2028E	2025 -2030E
<i>CAPEX de Expansão (R\$ Milhões)</i>	-	-	-	-	-	-	R\$ 13.200
<i>Custo C1 (US\$/ton)</i>	\$22 - \$23,5	-	-	-	-	-	-
<i>Projeção potencial de Geração de EBITDA incremental com projeto P15 (R\$ milhões)</i>	-	-	4.000	-	-	-	-
<i>Volume de Produção de Minério de Ferro (Mton)</i>	45,0 - 47,0	43,5 - 47,5	50 - 55	55 - 60	60 - 65	-	-

Acompanhamento e alterações de projeções divulgadas.

Estimativas substituídas:

A Companhia substituiu em agosto/22 estimativa de Cash Cost Mineração em 2022 para o intervalo de US\$20,00 - US\$22,00, contra expectativa anterior de US\$18,00.

A Companhia substituiu em agosto/22 estimativa de volume de produção de minério de ferro em 2022 para 36-38Mton, contra expectativa anterior de 39-41Mton.

A Companhia substituiu em outubro/22 estimativa de volume de produção de minério de ferro em 2022 para 34Mton, contra expectativa anterior de 36-38Mton.

A Companhia adicionou em dezembro/22 a projeção de CAPEX de expansão na Mineração de aproximadamente R\$ 13,8 bilhões no período de 2023-2027, relativos à fase 1 do projeto de adição de capacidade.

A Companhia adicionou em dezembro/22 a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros entre 39-41 Mton em 2023.

A Companhia adicionou em dezembro/22 a projeção de de cash cost da mineração para um patamar entre US\$19/ton e US\$21/ton em 2023.

A Companhia substituiu em novembro/23 a projeção de produção de minério de ferro mais compras de terceiros de um patamar entre 39.000 kton e 41.000 kton para 42.000 kton e 42.500 kton no fechamento de 2023.

A Companhia substituiu em novembro/23 o custo caixa C1 na mineração de um patamar entre US\$19/ton a US\$21/ton para US\$22/ton em 2023.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros entre 42,0-43,5 Mton em 2024, 42 Mton em 2025, 44 Mton em 2026, 53 Mton em 2027 e 68 Mton em 2028.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de custo C1 da mineração para um patamar entre US\$21,5/ton e US\$23,0/ton em 2024.

A Companhia substituiu em dezembro/23 a projeção de CAPEX de expansão na Mineração de um patamar de R\$ 13,8 bilhões no período de 2023-2027 para um patamar de R\$ 15,3 bilhões no período de 2023-2028, relativos à fase 1 do projeto de adição de capacidade.

A Companhia adicionou em dezembro/23 a projeção de atingir um EBITDA potencial de R\$ 4 bilhões com o projeto da Planta de Itabirito P15 após a maturação das operações prevista para ocorrer em 2028.

A Companhia substituiu em dezembro/24 a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros para um patamar entre 42,0-43,5 Mton em 2025, 43,5-47,5 Mton nos anos de 2026 e 2027, 50-55 Mton em 2028, 55-60 Mton em 2029 e 60-65 Mton em 2030.

A Companhia adicionou em dezembro/24 a projeção de custo C1 para um patamar entre US\$21,5/ton e US\$23,0/ton em 2025.

A Companhia substituiu em dezembro/24 a projeção de CAPEX de expansão de um patamar de R\$ 15,3 bilhões no período de 2023-2028 para um patamar de R\$ 13,2 bilhões no período de 2025-2030, relativos à fase 1 do projeto de adição de capacidade.

Em março de 2026, a Companhia substituiu a projeção de volume de produção e compras de minérios de terceiros entre 42,0-43,5 Mton em 2026 para 45,0-47,0.

A Companhia adicionou em março de 2026 a projeção de custo C1 da mineração para um patamar entre US\$22,0/ton e US\$23,5/ton em 2026.

Estimativas abandonadas nos últimos 3 exercícios:

Não aplicável.

Relatório Anual Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria
Exercício Social 2025

1. Apresentação e Informações Gerais

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da CSN Mineração S.A (“Companhia”) está em funcionamento desde sua criação, em 2021, como um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento anual próprio, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

É formado por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, dos quais um é escolhido como coordenador. Além disso, (i) ao menos 1 (um) deve ser membro independente do Conselho de Administração; e (ii) ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária (sendo certo que um mesmo membro do Comitê poderá cumular as características destes itens (i) e (ii)).

No exercício de 2025, o Comitê foi composto pelos Srs. Yoshiaki Nakano, Angélica Maria de Queiroz e Beatriz Santos Martini. Os membros foram eleitos na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de abril de 2025, tendo o Sr. Yoshiaki Nakano exercido o cargo de coordenador do Comitê.

O Comitê tem como principais atribuições (i) assessorar o Conselho de Administração da Companhia; (ii) monitorar e controlar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (iii) supervisionar a qualidade e efetividade dos processos de controles internos e gerenciamento de riscos e *compliance*; e (iv) avaliar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos e resultados das empresas de auditoria independente, bem como de auditorias internas e investigações.

Para realização de seus trabalhos, o Comitê conta com as informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, das áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*, dos canais de denúncia e, sempre que necessário, de outras áreas da companhia, tais como jurídico, sustentabilidade, TI, recursos humanos, entre outras.

A Forvis Mazars Auditores Independentes é uma empresa de auditoria independente, responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, conforme normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) e o seu relatório

reflete o resultado de suas verificações, com a apresentação do seu parecer a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira.

A auditoria interna da Companhia é responsável por avaliar os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados para mitigar tais riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e procedimentos determinados pela administração da Companhia. O andamento dos trabalhos é acompanhado periodicamente pelo Comitê.

2. Atividades do Comitê

Durante o ano de 2025, o Comitê se reuniu 11 (onze) vezes. Dentre as atividades realizadas e assuntos discutidos neste período, vale destacar os seguintes:

- (i) autoavaliação do Comitê de Auditoria;
- (ii) análise, aprovação e acompanhamento do programa anual de trabalho da auditoria interna e de sua execução;
- (iii) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da auditoria interna, bem como o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- (iv) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e com os auditores independentes, juntamente com a área de controles internos, riscos e *compliance*;
- (v) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
- (vi) análise, aprovação e acompanhamento do programa anual de trabalho da auditoria independente e sua execução tempestiva;
- (vii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados da

Companhia, mediante reuniões com os Administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras anuais;

- (viii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão do Formulário de Referência;
- (ix) acompanhamento do processo de elaboração e revisão do Informe de Governança Corporativa;
- (x) acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, fornecedores e ao público em geral, quanto ao recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Conduta, com respeito à confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, com a garantia dos níveis apropriados de transparência; e
- (xi) acompanhamento dos principais processos contenciosos e contingências da Companhia.

Em 2025, o Comitê solicitou as seguintes reuniões para detalhamentos e explicações complementares:

- (i) acompanhamento do panorama de barragens da Companhia; e
- (ii) acompanhamento do processo de implementação do SAP Hanna com o time de Tecnologia da Informação.

3. Principais Conclusões

O Comitê considerou satisfatórias as informações fornecidas acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos, responsáveis pela geração das informações das demonstrações financeiras não tendo sido relatados ou identificados casos de conflitos relacionados às demonstrações financeiras ou à aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

O Comitê não identificou nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, considerando as informações prestadas pela Forvis Mazars como satisfatórias e suficientes.

O ambiente de controles internos da Companhia se mostrou robusto, apresentando baixo número de deficiências e nenhuma delas material.

4. Recomendação referente às demonstrações financeiras de 2025

No exercício de suas funções e responsabilidades legais e nos termos do Regimento Interno, os membros do Comitê procederam à análise das demonstrações financeiras acompanhadas do relatório de auditoria com a opinião dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela Forvis Mazars, que emitirá relatório em 11 de março de 2026, contendo opinião sem ressalvas, o Comitê recomenda, por unanimidade, a manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia com relação a tais documentos e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada.

São Paulo, 10 de março de 2026.

Angélica Maria de Queiroz
Membro Efetivo

Beatriz Martini
Membro Efetivo

Yoshiaki Nakano
Coordenador do Comitê

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S.A., declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, item V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior
Diretor-Superintendente

Claudio Musso Velloso
Diretor de Produção

Otto Alexandre Levy Reis
Diretor de Investimentos

Kan Bito
Diretor de Planejamento Estratégico

Pedro Barros Mercadante Oliva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da CSN Mineração S.A., declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, item VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Carlos Rodrigues de Campos Mello Júnior
Diretor-Superintendente

Claudio Musso Velloso
Diretor de Produção

Otto Alexandre Levy Reis
Diretor de Investimentos

Kan Bito
Diretor de Planejamento Estratégico

Pedro Barros Mercadante Oliva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores